

SESSÕES DO PLENÁRIO

139ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de janeiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se, na lista de presença, o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados, *“com base no que dispõe o inciso II, art. 92, do Regimento Interno, que requer a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Resolução 2.240/2014, Projeto de Lei 20.487/2013, Projeto de Lei 19.414/2011”*.

Gostaria de dar duas informações.

O deputado Paulo Câmara retornou aos seu posto de deputado. Pela Constituição quando ele é demitido na Secretaria, automaticamente, ele assume como deputado. Devido a problemas no computador ainda consta o nome do deputado Carlos Brasileiro, portanto, leia-se Paulo Câmara no lugar de Carlos Brasileiro, porque o mesmo já tomou posse e reassumiu o seu mandato.

O segundo assunto é que amanhã, conforme prometi, colocarei em votação a emenda impositiva, a PEC. Compete aos Srs. Deputados a votação amanhã.

O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência da sessão no dia 09.12.2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Gostaria de um esclarecimento. Vi que um dos projetos que está na pauta de hoje é a mudança do Regimento Interno. Quais são os demais, Sr. Presidente, por gentileza?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Projeto de Resolução nº 2240/2014 que é o projeto da mudança, o Projeto de Lei 20487/2013 que é o Orçamento e o 19414 que é o projeto da deputada Maria del Carmen, que foi pedido vistas.

Mas comunico aos Srs. Deputados que caso aquela proposta que fiz, depois de conversar com o deputado Zé Neto, se os deputados da base de Oposição ainda aceitarem 10 destaques por cada deputado, defenderei junto a base da Maioria essa proposta. Compete aos deputados de Oposição. Inicialmente fizemos um acordo, mas depois veio o pedido de verificação de quorum em todos os 170 destaques, em tese 170 destaques. Isso inviabilizou o acordo. Então, mantenho ainda essa proposta.

O Sr. Sandro Régis:- Podemos pedir verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode pedir a primeira vez. Agora pedir em cada destaque verificação de quórum não tem sentido. Não estou discutindo se V.Ex^a tem ou não razão, mas a minha proposta é que sejam votados 10 para cada deputado, se pedissem verificação de quórum a primeira vez e havendo 38 deputados...Claro que se os deputados saírem pede-se quórum novamente.

É obrigado haver quórum, na votação é obrigado ter 32 votos. Então não há necessidade de pedir quórum em cada votação. Foi o acordo político. Ainda levarei para a base do governo e defenderei, mas quem decide é o Plenário e não eu.

O deputado Sandro Régis fez uma pergunta. Qual foi?

O Sr. Sandro Régis:- Quero saber de V.Ex^a com relação a questão da verificação de quórum. Na última conversa que tivemos, V.Ex^a disse que não aceitaria que a Oposição pedisse quórum no processo dos destaques.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem. Primeiro, pede-se o quórum. Havendo 32 para votar, vota-se um a um. Mas é diferente de pedir quórum em cada destaque com os deputados estando presentes. Assim passaremos pelo menos seis dias para votar.

O Sr. Sandro Régis:- Não é necessariamente a cada destaque, mas também não pode limitar o quórum no processo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, querido, usarei do bom senso. Quórum de 32 Srs. Deputados. Havendo esse quórum, que é obrigatório, se demorar cinco minutos ou três minutos para alcançar os 32 deputados, V.Ex^a tem direito de pedir quórum na próxima votação. O que não é possível é quórum a quórum.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a vossa sugestão cabe uma análise. V.Ex^a melhor que ninguém sabe que esta Casa é uma Casa de negociações. Tem sentido a proposta que V.Ex^a fez, talvez em uma discussão podemos até evoluir - se cada parlamentar pode fazer até 10 ou se a cada 10 pode ser pedida uma verificação de quórum ou algo parecido, o que não inviabilizaria. Tentar evoluir para não ter 170 no mínimo de verificações de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Podemos fazer uma acordo nesse sentido. Se o deputado Zé Neto, Líder do governo, concordar de a cada 10 em 10. Em tese são 170 destaques.

O Sr. Gaban:- Está claro. É uma boa proposta para conversarmos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, faço um apelo para que V.Ex^a cheguem a um acordo e eu não gostaria de fazer a mudança do Regimento. Agora, votar 54 mil destaques, deputado Adolfo Viana, não é uma coisa normal e natural. Estou disposto a qualquer acordo, desde que seja com bom senso.

A proposta de V.Ex^a, se o deputado Zé Neto concordar, eu aceito: de 10 em 10 destaques, se pede o quórum. Como estará todo mundo sentado aqui, é rápido. E seria uma coisa para não mudar, porque tenho de respeitar o direito da Maioria. O deputado Zé Neto propôs, e sou obrigado a colocar para votar. Quero ser muito claro: neste caso ele tem razão, porque é impossível votar 54 mil destaques. Tanto é que, quando eu era deputado da Oposição, nunca utilizamos desse meio. O deputado Gaban sabe disso. Uma vez, a deputada Moema Gramacho fez a proposta, e nós mesmos chegamos a um acordo, porque é inaceitável.

Em nome dos parlamentares, dou as boas-vindas ao deputado Paulo Câmara, que está retornando a este Plenário.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vou iniciar com as colocações de V.Ex^a.

O ruim para esta Casa seria mudar o Regimento, que foi elaborado na época da ditadura militar. E nem na ditadura militar tiraram o direito de a Oposição se manifestar e ter seu espaço. Isso é o que prevê a democracia. Naturalmente seria a pior coisa para esta Legislatura e o governo, porque ele tem uma maioria hoje, querer no seu fim... Até que para nós não há muita preocupação, porque existe um velho ditado que sempre é bom lembrar: o pau que dá em Chico dá em Francisco. O governo Wagner, do PT, está no final. A partir do ano que vem nós seremos governo.

Então a regra vai prevalecer também para nós. E aí perguntaria: é interessante? Não.

Gostaria, estando no governo, de ter aqui na Casa uma Oposição forte que possa ter a sua oportunidade de se manifestar. Essa é a democracia que há no País. Se não houver uma Oposição forte, não pode existir um Legislativo forte. E é através de uma Oposição forte que podem ser corrigidos eventuais erros dum governo.

Deputado Zé Neto, acho que a proposta e a preocupação do presidente Marcelo Nilo são extremamente pertinentes. A sugestão que dei de imediato... É lógico que terei de conversar com a nossa base, a nossa Bancada. Mas, para evitar uma aberração no Regimento Interno e também que se acabe o diálogo nesta Assembleia, porque, se ela aprova isso, acabou o diálogo, não tem mais... Ganha a Casa? Não ganha. Ninguém ganha.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. GABAN:- Se for esse o seu pensamento, não tem acordo, deputado Zé Neto. V.Ex^a tem uns altos e baixos que matam. Então, não vamos fazer acordo zorra nenhuma! Esquece o que o presidente falou, e vamos para o pau! Pau que dá em Chico dá em Francisco. Vamos obstruir! Não tem acordo, acabou! Não tem acordo! Estou tentando falar aqui, e o Líder do governo vem... Estou falando da Bahia, moro na Bahia, sou deputado na Bahia e tenho de ver o Regimento do Estado da Bahia, que foi feito na ditadura militar, mas nem naquela época tiraram esse direito da Oposição.

V.Ex^a foi oposição durante tanto tempo, os senhores tiveram espaço aqui, e nenhum de nós teve a ousadia de querer tirar esse direito da Oposição dentro deste Plenário, mesmo quando tínhamos o mesmo número de deputados que V.Ex^{as} têm hoje. Então devagar com o andor, que o santo é de barro. Quer conversar? Vamos conversar para preservar o Poder Legislativo. Mas para nós não vai mudar. Este é o último Orçamento que vamos votar na Oposição. A partir do ano que vem seremos governo, então pronto, esse pau vai dar é em V.Ex^{as}, porque o Orçamento, do jeito que está, não podia ser pior, deputado Zé Neto. Todas as áreas importantes do governo tiveram queda de investimento, principalmente a Segurança Pública. Aliás, o único prestigiado aqui é o deputado Paulo Câmara, que inovou com “aceleração” nas concorrências, botando 7 milhões de taxa de aceleração. Ele tem tanto prestígio que saiu do governo e é uma das secretarias que tiveram o maior acréscimo em termos de orçamento de 2013 para 2014, que é a de Ciência e Tecnologia. Isso mostra o prestígio de V. Ex^a lá. E neste ano de Copa, a Bahiatursa, importante secretaria, poderia elevar o nome da Bahia, aproveitando milhares e milhares de turistas que vão estar espalhados por outras sedes dos jogos, incentivando-os para virem para cá, atraindo-os através da propaganda. E, depois que conhecessem Salvador, poderiam esses turistas voltar. Mas essa Secretaria foi uma das que teve o maior decréscimo de investimento.

A Segurança Pública, mais uma vez, foi penalizada por esse governo. Então, do jeito que está, para nós, é mais confortável deixar o Orçamento péssimo, muito mal elaborado, com uma única preocupação de arrumar as contas do governador Wagner. Agora, não vão arrumar querendo antecipar *royalties* do nosso governo para tapar as contas dele. Se quiser utilizar recursos dos *royalties* que serão utilizados pelo nosso

governo para ajudar tapar o rombo da previdência dos servidores e dar garantia àqueles que estão aposentados de continuar a receber, aí, sim, terá o nosso apoio. De outra forma, não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, em permuta com o deputado Marcelino Galo, por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria saudar os presentes nas Galerias Paulo Jackson, aqueles que estão na luta há muitos dias para aprovação do projeto Anticalote, naturalmente esse projeto terá de ser votado o mais rápido possível. Vamos fazer esforço para votar ainda hoje, porque essa é uma luta mais do que justa.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo à Oposição, que tem todo direito de defender seu ponto de vista, sua posição, para que cheguemos a um denominador comum e votarmos o Orçamento. A questão da votação do Orçamento é de interesse da Bahia. A Bahia não pode ficar sem orçamento, não pode ficar prejudicada em razão de um ponto de vista de quem quer que seja. Acho também que não há interesse da Oposição de impedir a votação do Orçamento. Mas algumas coisas precisam ser feitas para que o acordo seja firmado o mais rápido possível. E hoje teremos uma longa noite para discutir o tempo todo. Particularmente acho desnecessário suspender a sessão, as negociações podem ocorrer paralelamente à discussão. Hoje, temos tempo para debater até a madrugada, até duas, três, quatro, cinco da manhã, já que há muitos oradores inscritos. Então, paralelamente às discussões, aos debates, vamos buscando uma negociação, porque acho que suspender a sessão para negociar não tem muita eficácia. Acho que não tem muito sentido. A negociação precisa acontecer paralelamente às discussões, não tem nenhum problema. Já existem diversas propostas, as diversas sugestões e, portanto, poderíamos fazer esse debate já. É preciso entender o verdadeiro papel da democracia. E há de se perguntar: seria a democracia apenas um deputado, mesmo que os 62 sejam contrários, paralisar a Assembleia Legislativa? Por exemplo, 55 mil emendas caberiam 55 mil destaques. Fiz uma conta rápida. Isso daria 381 dias ininterruptos contando com os sábados e os domingos, 24 horas por dia. Em tese, técnica, matemática e aproximadamente, isso daria uns 5 anos para aprovar o Orçamento do Estado em primeiro turno.

Então, seria democracia paralisar a Assembleia Legislativa, apenas um parlamentar, contrariando uma possível vontade da esmagadora maioria ou, até mesmo, de 62 deputados? Vejam, um deputado sozinho tem essa capacidade, tem esse poder de apresentar todas essas emendas e passar esse tempo para a votação do Orçamento.

Portanto, este projeto de resolução é mais do que necessário e importante. Ele vem no sentido mais de aperfeiçoar a democracia para viabilizar a votação do Orçamento, porque não é uma questão pessoal de A, B ou C, mas uma necessidade do Estado. O Estado precisa do Orçamento. O Estado não pode ficar paralisado. O Estado não pode ser prejudicado. Quando eu digo o estado, eu falo da população do estado que não pode ficar paralisada.

Então, precisa prevalecer, exatamente, a democracia, precisa prevalecer a vontade da maioria, precisa prevalecer a vontade da população de nosso Estado, porque ela, a população, não pode ficar prejudicada.

Portanto faço um apelo para haver um acordo. Espera-se que as negociações comecem agora sem paralisar a discussão. As discussões continuam. As negociações continuam. E, chegando-se a um denominador comum, faz-se um acordo, resolve-se o problema e vamos tocar para a frente.

Agora, nós precisamos votar o Orçamento do Estado. Esta é uma necessidade e tal necessidade é urgente. Não podemos prejudicar a população do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, companheiros das galerias, servidores, quero comentar um pouco o que se passou principalmente na grande imprensa ao final de semana e foi repercutido no início da semana pela imprensa local. Parecer existir um ente superior que organiza a agenda da imprensa nacional, principalmente, contra os interesses populares.

Então, o alvo da vez, agora, é outro programa. Assim, também ocorreu com o Bolsa Família. E, hoje, ninguém é maluco de falar mal do Bolsa Família: tanto faz a Situação como a Oposição. A Oposição se apaixonou pelo Programa Bolsa Família. Mas, agora, a bola da vez é um dos programas mais importantes deste País que atinge em cheio as classes populares: o Programa Minha Casa Minha Vida. Então somente na Bahia há um déficit de mais de 500 mil habitações. Há, para tal programa, 218 mil inscritos.

E, neste final de semana, a grande imprensa ataca este programa alegando haver fraude. Enfim, vem-se transformando em uma norma a imprensa atacar os programas sociais do governo, principalmente agora, neste momento, de uma grande crise do sistema capitalista, onde o excedente, aquela gordurinha que vinha sendo distribuída para as classes populares através desse programas, vem-se esvaindo. Os grandes grupos econômicos vão para cima do Estado no sentido de manter a exploração e no sentido de, também, buscar os recursos do Estado.

Então, claro, um programa como este, o Minha Casa Minha Vida, tem de ser descentralizado e deverão ser corrigidos, cotidianamente, os seus problemas de fraude e de corrupção. Essas são coisas que acontecem, infelizmente, de forma corriqueira e têm de ser corrigidas.

Então, estivemos em Vitória da Conquista e a presidenta Dilma entregou mais de 1.500 casas. E as correções devem ser feitas pelo governo, mas não no sentido de que se aproveite para atacar, para se tentar destruir e acabar um dos programas sociais mais importantes deste governo, mais importante da América Latina e, quem sabe, do mundo. Um programa que já ofertou mais de 1 milhão de moradias, solucionando o problema central do povo brasileiro, deve ser corrigido por aqueles que têm interesse em mantê-lo, e não por aqueles que querem destruí-lo.

Então, acho que devemos nos organizar no sentido de defender um programa que dignifica qualquer governo ao ofertar casas, principalmente às classes populares, com o nível de subsídio que é oferecido pelo governo brasileiro. Então, temos de fortalecer esse programa. E temos grandes sugestões que podem ser ali inseridas, principalmente para que a indicação dos moradores dessas casas seja feita por sorteio público, como são feitas as loterias, porque assim evitaríamos esse corredor da burocracia, no qual se passa por tantos agenciadores. É isso que precisamos fazer no sentido de fortalecer esse programa.

Então, aqueles que atacam querem, sim, destruir não só esse como todos aqueles programas que beneficiam, de fato, o povo brasileiro. Principalmente o povo trabalhador, pobre, que constrói suas habitações na hora do lazer, no sábado, no domingo, à sua própria custa. E agora temos esse grande programa, o Minha Casa, Minha Vida, com o qual se oferta casas à classe trabalhadora deste País, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos a deputada Maria Luiza Laudano. (Pausa) Com a palavra o deputado Sandro Régis. (Pausa). Com a palavra a deputada Graça Pimenta. (Pausa) Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos retomando os nossos trabalhos nesta semana e hoje, com certeza, esse projeto anticalote será votado, porque é um compromisso da Oposição. Com certeza vocês sairão daqui, hoje, com a aprovação desse projeto.

Quero abraçar o deputado Paulo Azi, que esse final de semana fez a sua festa de aniversário, muito concorrida, e com discurso do prefeito de Salvador, ACM Neto. Com um discurso daquele, deputado Paulo Azi, a coisa ficou mais fácil para a sua caminhada visando a Câmara Federal.

Mas quero fazer um apelo ao Líder do governo, o deputado Zé Neto. Ainda há tempo de o deputado mudar, refazer, rever essa mudança no Regimento da Casa. É uma mudança, meu caro deputado Luiz Augusto, em um Regimento, pasmem, senhores, pasmem, senhoras, que vem desde 1985. Observem, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, que de lá para cá passaram governos carlistas e em nenhum momento esse item do regimento foi alterado. Eis que agora, justamente no governo dito republicano, que tem como seu Líder o deputado Zé Neto, advogado, muito bem sucedido, deputado estadual do terceiro mandato é que há essa mudança que surpreende a todos nós, porque, meu caro Adolfo Viana, justamente num governo que desrespeita as minorias e que se diz republicando é que há essa mudança espúria.

Deputado Zé Neto, ainda há tempo, não manche a sua história. O argumento é de que a mudança deve-se à possibilidade de a Oposição poder apresentar 154 mil destaques. Pelo amor de Deus! Isso é inverossímil, isso não existe. De onde partiu essa ideia? Pense você que está nos acompanhando na TV-Assembleia, votarmos destaque por destaque, 54 mil! Só o deputado Zé Neto pode acreditar numa

possibilidade como essa.

O que é razoável e aceitável é que cada deputado possa apresentar em torno de 10 destaques para votar. Não vamos fazer como já fez aqui o próprio PT com a então deputada Moema Gramacho, que apresentou 10 mil destaques. O deputado Zé Neto deve estar imaginando que nós, da Oposição, poderíamos copiar o que já foi feito pelo seu partido, em razão disso é que ele apresenta essa mudança de Regimento.

Nós não vamos copiar o que é pior, o caos, nós queremos seguir uma linha razoável que normatize os trabalhos da Casa e que cada deputado possa apresentar os seus destaques, dentro de uma razoabilidade. Agora, manchar a sua história, apresentando um projeto de resolução que muda o regimento? Meu caro professor José Raimundo, que não deve ter concordado com isso, porque sei que V.Ex^a é um democrata, respeita as Minorias, e a Oposição nesta Casa é Minoria.

Ainda há tempo de o deputado rever essa sua posição. Nós temos a tarde toda hoje para que ele possa raciocinar com mais calma, com mais tranquilidade, ouvindo deputados mais experimentados, mais vividos como Luciano Simões, como Reinaldo Braga, o próprio deputado Paulo Azi, os parlamentares que possam, de alguma forma, fazer aclarar ao Líder do governo que não será dessa forma que se vai chegar a um denominador comum. O que nós queremos é o entendimento, é o diálogo, é a boa conversa. Agora, com esse tipo de atitude só dificulta, e nós estamos preparados para ficar o mês de janeiro trabalhando. Férias? Para que férias? Nós, da Oposição, não temos dificuldade nenhuma, estamos no mês de janeiro, vamos ficar agora em fevereiro e aí vai. O que nós queremos é que as coisas sejam feitas com transparência, que as coisas fiquem bem claras para a sociedade baiana, para que o eleitorado desse estado conheça quem é quem e caia a máscara do republicanismo, porque de republicano esse governo não tem nada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV-Assembleia, o governo do Estado, mais uma vez, insiste em gastar o dinheiro do povo com propaganda mentirosa.

Eu não sei se o nobre deputado, Líder do PSDB da Casa, e o deputado Carlos Geilson tinham prestado atenção na nova propaganda que a Bahia recebe 22 milhões a mais de turistas, depois da gestão Jaques Wagner. E tive o cuidado de fazer a pesquisa em relação à questão de passageiros, deputado Adolfo, nos aeroportos.

Deputado Carlos Geilson, em 2007, a Bahia ocupava a quinta posição de recebimento de passageiros em nosso Estado, no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães. Em 2012, a Bahia caiu para nono lugar. E aí houve um aumento? Houve. Aumentou 48%, de 2007 a 2012. Mas vou relatar o aumento nos outros aeroportos do Brasil. (Lê) “Galeão, 69%; Guarulhos, 74%; Congonhas, 999%; Manaus, 51%; Curitiba, 74%; Fortaleza, 61%; Porto Alegre, 85%; Recife, 53%; Belo Horizonte, 139%;

Campinas, 780%; Bahia, 48%; Santos Dumont, 180%.” O da Bahia, de 2007 a 2012, só ganha para o de Brasília que só funciona de terça a quinta-feira, e teve um aumento de 42%.

Então isso aqui é a prova, deputado Adolfo, que mais uma vez o governo mente. O governo mente descaradamente para querer enganar o baiano, iludir o cidadão baiano. Há pouco tempo, fizemos aqui um discurso da vergonha que os médicos baianos tiveram por ocasião do Congresso de Obstetrícia que ocorreu aqui em Salvador, no Centro de Convenções. Porque não tinha água, não tinha luz, não tinha ar condicionado, e os médicos baianos soltaram uma nota, criticando a falta de respeito do governo com a categoria.

Pois bem, estava marcado para ocorrer aqui um Congresso Nacional de Cirurgia Plástica. Mas hoje a Sociedade dos Médicos emite uma nota informando que visitou o Centro de Convenções e constatou que continua da mesma forma, sem água nos banheiros, sem escada rolante, sem ar refrigerado e sem água para consumo. Ou seja, cadê a prioridade do turismo? Cadê o respeito deste governo pelas questões do Estado, deputado Luciano Simões?

O governo continua a insistir na propaganda que não reflete a verdade. O governo continua a insistir na propaganda, nobre Líder Bruno Reis, para querer enganar e ludibriar a população baiana. No investimento que esta Casa vota para o Turismo na Bahia, há uma diminuição de 30% no custeio e de 67% no investimento, nobre deputado presidente em exercício.

Não adianta querer colocar na propaganda que a Bahia cresceu 22% no Turismo. Em termos percentuais, de 2007 a 2012, a Bahia só superou Brasília. Mais uma vergonha e um legado negativo do governo Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Sr^a Deputada Luiza Maia, Srs. Deputados, ouvi o deputado Sandro Régis falar em turismo. Deputado, o Brasil não tem jeito, pelo menos nos próximos séculos.

Eu estava fora no final do ano. As únicas notícias que saem de um país como este, um país em que Deus foi tão generoso com a natureza, com o povo, as únicas notícias que passavam em todos os canais de televisão eram só os presos no presídio do Maranhão e o presidente da Fifa, Blatter, dizendo que há 40 anos está na Fifa e o Brasil foi o país que teve mais tempo para se preparar e é o mais atrasado.

Então nós continuamos, deputado Vando, recebendo 5, 6, milhões de turistas com pouco aumento porque não vai ter jeito. O cara vai ter que atravessar 10 horas de voo para encontrar tudo um absurdo. Eu estava vendo no jornal que um acarajé já está custando 8 reais, um picolé da Capelinha já está custando 5. Então essa é a forma dos empresários, com raras exceções, pensarem em tirar o dinheiro dos investimentos logo de uma vez. Em consequência, as pessoas ficam no Primeiro Mundo onde não

há violência. O que passa lá fora é só violência, só assalto, só morte. Então, poucas pessoas vão querer 10 horas num avião.

Imaginem que no aeroporto de uma cidade como o Rio de Janeiro faltou energia! O aeroporto de Salvador está um caos, faltou energia. E vejam quanto tempo teve.

Queria aqui elogiar, porque elogio na hora certa, a presidente Dilma que teve a coragem que o presidente Lula não teve de tomar as medidas para privatizar os aeroportos, como já fez com o Galeão, com Guarulhos, com Brasília, porque o governo não tem recursos pelas rodovias e ferrovias para ver se melhora. Elogio a presidente Dilma, mas, ao mesmo tempo, vou ser contra ela, deputado Vando, presidente que eu ajudei a eleger, favorável a esses rolezinhos que para mim são malandragem. Nunca shopping nenhum pediu identidade, ou olhou pela cor, para deixar entrar. Agora não podemos aceitar uma horda de 1, 2, 3, 5 mil malandros invadindo tudo. Se você estiver com uma filha menor lá dentro como você se defende? E os donos das lojas, como vimos na televisão, cada um fechando a porta, cobrindo os seus quiosques, com medo de perder todos os recursos, uma vez que todos estão endividados na sua maioria. Como é que controla uma horda daquela? E a presidente Dilma é favorável, pelo que eu entendi, como se fosse problema social. Não é social não, o problema é de pulso, é de lei, porque ninguém quer respeitar nada neste país. É tudo liberado. Eu não sei onde vamos chegar, deputado Vando.

Tive a oportunidade, ontem, de assistir à televisão, já às 11 horas da noite, em Guarajuba, eu sai de lá meia-noite para poder chegar em casa, porque durante o dia ninguém chega mais, a não ser passando 3, 4 horas para andar, porque a cidade travou e a tendência é piorar. O governador Wagner está fazendo grandes investimentos, via expressa, vários viadutos para serem inaugurados daqui a poucos dias, mas quando terminarem essas obras já deverão ter entrado 100 mil, ou 200 mil carros e com a maioria sem saber dirigir. Esse é outro assunto para discutirmos depois. Na Bahia, as pessoas não sabem o que é faixa. É uma coisa complicadíssima. Eu espero que o prefeito ACM Neto esteja pensando, porque está recapeando algumas avenidas, em fazer uma campanha educativa para que os motoristas aprendam a saber o que é faixa, aprenda a respeitar como nos outros Estados.

Srs. Deputados, eu estava assistindo à TV e vi uma parte do *Big Brother*, vou concluir, não sei o que é que falta, porque o sexo é praticamente explícito, deputado Vando, mulheres nuas. E como é que criamos os nossos filhos nesse país onde vale tudo? Deputado Luciano, não foi no *Sexy Hot* nem na *Plaboy*, foi na *Globo* mesmo. Não precisamos mais ter canal privado, os brasileiros não precisam mais pagar canal privado para ver coisas erradas, vamos dizer assim. No Brasil, por audiência, por voto, está valendo tudo. Não sei onde vamos parar. É mulher nua em qualquer horário na *Globo*, em novelas, nesse *Big Brother*. A *Globo*, para ganhar mais dinheiro, está apelando para tudo, é uma esculhambação total. Como é que criamos e damos educação aos nossos filhos, aos nossos netos, neste País que virou uma bandalheira? Tudo é liberado, não pode proibir mais nada que está atingindo classes, é preconceito, é tudo. No *Shopping Barra*, vi lá que um travesti, ou não sei o que, quer frequentar o

banheiro feminino. É complicado! Acho até que o Ministério Público está... Então, do jeito que estamos, não sei onde vamos parar. Todo dia vemos cenas de sexo aberto, mulheres nuas não é mais nem novidade. Srs. Deputados, este nosso País está uma coisa lamentável!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo restante do tempo, ou seja, 4 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr^a Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, Galerias, os que nos ouvem e veem pela *TV Assembleia*, queria deixar aqui um abraço ao querido amigo, companheiro Neto, prefeito de Ibiassucê, que comemorou ontem e ainda hoje está comemorando com uma belíssima festa o Dia de São Sebastião, padroeiro de Ibiassucê. Ontem, eu e o deputado federal Waldenor Pereira estivemos lá abraçando os amigos, o nosso vice-prefeito, os vereadores, cumprimentando o povo daquela bela cidade.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui algumas observações sobre esse debate que a Oposição está querendo pautar nesta Casa acerca da proposição do nosso Líder Zé Neto de transformar de 21 para 32 o número de assinaturas do dispositivo regimental para o destaque na discussão do Orçamento. Todos nós estamos acompanhando e vendo claramente que não se trata de uma questão de princípio. Quando a maioria do governo está propondo uma ferramenta, um instrumento regimental que garanta a vontade da maioria é porque também a Oposição, utilizando-se dessa mesma norma regimental, pode atrapalhar e inviabilizar a votação do Orçamento. O que nos levaria a uma verdadeira situação de caos no Estado da Bahia. Imaginemos uma situação em que passaríamos o ano inteiro discutindo o Orçamento do governo do Estado. Praticamente inviabilizaria um conjunto de investimentos, de obras, para toda a nossa população do interior que está no aguardo de obras para infraestrutura rural, a continuação do programa Água para Todos, rodovias, implantação de sistemas unificados de água, construção de escolas, construção de unidades do PSF da Saúde, e tantas e tantas obras, inclusive para Salvador. Essa cidade que está gradativamente experimentando um novo momento com bilhões de investimentos da presidente Dilma, bilhões de investimentos do governador Jaques Wagner e também, evidentemente, da própria prefeitura, não vamos negar.

Então, seria uma insanidade pensarmos nesse cenário. Por isso é que o Líder do governo comandou e organizou esse dispositivo para efetivamente chamar a Oposição para um realismo político, para um debate e que possamos caminhar rapidamente para a aprovação do orçamento e, em seguida, outros projetos de leis. Não existe mais o recesso, esta Assembleia votou aqui o fim dos 15 dias de recesso, aliás, não teve destaque nenhum, não teve grandes destaques. Estamos aqui há 10 dias para o final do mês de janeiro e ainda com a pauta de votação.

Por isso, essa ferramenta não é o espírito da Situação, não é o nosso espírito

acabar com o debate da Oposição, mas sim chamá-los ao realismo político onde a democracia se faça efetivamente e não uma chantagem regimental.

Sr. Presidente, tenho certeza que nesta tarde aqui haveremos de dar conta desse problema, avançaremos no debate e aprovaremos o orçamento do governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, vou tratar de um assunto aqui importante e não me sinto à vontade para tratar sobre esse assunto se a Bancada do governo não estiver ouvindo, pois envolve a Bancada de governo.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, quero que V.Ex^a conte os 15 minutos regimentais para a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Marquem os 15 minutos. O deputado Gaban pediu verificação de quórum.

Solicito que seja zerado o painel, marquem os 15 minutos. Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, no cafezinho, no restaurante, demais dependências desta Casa, solicito a presença de todos, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que determine o prazo de 15 minutos e convoque os Srs. Deputados para comparecerem a esta Casa, desde quando há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, mais uma vez, convoco a todos, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Aqueles que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, no Bradesco, na presidência, na biblioteca, nas demais dependências desta Casa, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Quero convocar todos os deputados que se encontram nos gabinetes, nos corredores, na sala do cafezinho, porque há um pedido de verificação de quórum e é necessário que compareçam, pois ainda não conseguimos entrar em recesso.

Portanto, contando com a boa vontade da Bancada da Oposição, que marcará a presença neste momento, com a Liderança de Elmar Nascimento, para podermos ouvir o discurso de Gaban, que, com certeza, será um discurso bom e apropriado para todos nós.

Neste momento, faço a convocação de todos os deputados para comparecerem ao Plenário.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e nos corredores atendendo as pessoas, existe um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão. Estamos convocando a todos os deputados para comparecerem ao Plenário e marquem as presenças para darmos continuidade à presente sessão, desde quando existe um pedido de verificação de quórum.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum. Precisamos contar com as presenças de V.Ex^{as} no Plenário para a continuidade da sessão e para aprovarmos, com fé em Deus, o Orçamento para funcionamento do Estado e da nossa Casa Legislativa.

Pedimos a V.Ex^{as} que adentrem o Plenário para registrar as suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Os Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes, na biblioteca, na Presidência, na sala do cafezinho e nas demais dependências desta Casa, compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. (Pausa.)

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- O deputado Gaban pediu a verificação de quórum e acabou de sair do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Gaban já marcou a presença, deputado Zé Neto, Líder do governo.

O Sr. Zé Neto:- Ele pediu a verificação de quórum, portanto deve estar

presente. Como ele não está presente no Plenário, peço a V.Ex^a que restitua o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Se o deputado Gaban não está presente no Plenário, cai a questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o pedido de verificação de quórum foi endossado pela deputada Kelly Magalhães, que pediu a contagem do tempo. Os dois têm de estar no Plenário. Concordo com relação a ele, mas ela está no Plenário ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É a praxe da Casa que o deputado que solicitou a questão de ordem permaneça no Plenário.

O Sr. Elmar Nascimento:- Os dois pediram a questão de ordem, Sr. Presidente. A verificação de quórum continua, a não ser que ela desista da questão de ordem.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, eu quero retirar a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Peço que o quórum anterior seja restituído.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Na ausência do deputado Gaban...

O Sr. Bruno Reis:- Ele está presente, sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ele não está presente, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Eu também estou inscrito, Sr. Presidente.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Quem vai discursar agora é o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, V.Ex^a iniciará o Grande Expediente. Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, às vezes, eu imagino que estou em outro mundo, na hora em que eu vejo... Meus caros deputados, eu não sei se é irresponsabilidade, ou se é a certeza da impunidade. O que acontece com este governo? Quantas e quantas vezes, nós, da Oposição, subimos a este tribuna para dizer que o governo estava sendo insensível com o pessoal de Barreiras, com o pessoal de Vitória da Conquista e com o pessoal de Feira de Santana, porque tinha recursos do governo federal, um convênio assinado, desde a época em que Nelson Pelegriano era secretário de Justiça do Estado, secretário da área penitenciária do Estado. O compromisso dele, quando assumiu, era construir o presídio feminino de Feira de Santana e os presídios de Vitória da Conquista e de Barreiras. Muitos anos depois, saiu Nelson Pelegriano. O compromisso que o PT assume, ninguém tem preocupação, o compromisso é só na época que assume, nos objetivos e no plano de governo, depois tudo é esquecido no tempo. Saiu! Um novo secretário assumiu.

Quando nós, da Oposição, acessamos o *site* da transparência do Ministério da

Justiça, governo federal, também do PT, vimos que a Bahia estava na iminência de perder o convênio que tinha com o governo federal por falta de projeto para a construção desses três presídios. Isso é um absurdo!

Denunciamos desta tribuna, voltei à tribuna posteriormente. O secretário Nestor me ligou, várias vezes, dizendo que estava tentando remanejar esses recursos para não perdê-los, porque ainda não tinha projeto. Ele tentaria remanejar com o governo federal, para atender outras áreas, outros presídios menores. Ele iria, com os recursos do governo, contratar a licitação dos três presídios, porque iria perder os recursos. Mesmo sendo uma coisa absurda, perder recursos assegurados com o governo federal através de convênio... O governo da Bahia, passando, desde 2008, uma crise financeira sem precedentes, deputada Maria del Carmen... Tenho certeza de que V.Ex^a, se estivesse na Conder, não perderia um contrato com o governo federal por falta de projeto. Mas o governo da Bahia estava perdendo.

Conversa vai, conversa vem, queriam construir, sem realizar uma audiência pública, um presídio num município próximo a Salvador. A população se revoltou porque não queria um presídio no local definido. Marcamos uma audiência com o secretário e fizemos várias audiências na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos para preservar o pensamento da população de Teodoro Sampaio, que não queria a construção de um presídio lá. O governo não fez uma audiência, mas, de maneira ditatorial, estava querendo implantar um presídio em Teodoro Sampaio, num local povoado. Não só a população da sede do município, mas também a do seu maior distrito estava assustada.

Silêncio! Não se falou mais na construção de presídios na Bahia. Um absurdo! A população carcerária em nossas delegacias é enorme, ocasionando fugas constantes em todo o interior. Isso já virou rotina. Lugar de bandido não é em delegacia, é em presídio. Mas na Bahia sempre há os precedentes.

Esqueceu-se do assunto! Até que gora, no último do governo, faz-se uma dispensa de licitação simbólica. Valor nenhum! Um valor simbólico de R\$ 150.951.000,00. Vou repetir: quase R\$ 151 milhões, numa canetada só do governo, numa dispensa de licitação para construir presídio.

Para o PT daqui, na Bahia não existem empresas com capacidade para a construção dos presídios. A Bahia não tem ninguém! O Brasil tem, pelo menos, duas empresas baianas. Inclusive, as duas ajudaram financeiramente ao governador Jaques Wagner nas campanhas do primeiro mandato e de sua reeleição. Oficialmente, essa ajuda foi declarada nas prestações de contas do governador Jaques Wagner. Mas elas, não sei por qual motivo, não servem.

O governo faz uma dispensa de licitação da bagatela de R\$ 151 milhões, aproximadamente, para construir unidades prisionais: Centro de Detenção Provisória de Jovens e Adultos, Centro de Detenção Provisória Feminino, Mini Presídio/Cadeia Pública de Salvador, Mini Presídio de Itabuna, Centro de Detenção Provisória Masculino, Centro de Detenção Provisória Feminino em Vitória da Conquista, Centro de Detenção Provisória em Barreiras, Centro de Detenção Provisória em Irecê, Centro de Detenção Provisória em Brumado, Ampliação do Conjunto Penal de

Juazeiro e Ampliação do Conjunto Penal de Paulo Afonso, pelo regime de empreitada integral. Cento e cinquenta e um milhões!

A alegação, deputada Maria del Carmen, é de que na Bahia e no Brasil só há uma empresa. Segundo declarações à imprensa do secretário Nestor Duarte, o Brasil tem apenas uma empresa em Porto Alegre, deputado Zé Neto, que é essa que pega uma bagatelazinha, um valor simbólico, de R\$ 151 milhões. Mas será que o Brasil...

Estou dando o exemplo de duas empresas baianas: OAS e Odebrecht, com contratos em vários países. Construindo, inclusive, aeroportos nos Estados Unidos. Uma dessas empresas baianas está construindo um submarino no Rio de Janeiro. Só não tem tecnologia para construir um presídio? E os presídios de segurança máxima implantados pelo Brasil afora? Só não servem para a Bahia?

Não consigo entender como um governo, em seu último ano de mandato, vai querer, deputado Elmar Nascimento, fazer uma dispensa de licitação de R\$ 151 milhões? Vi recentemente, já falei, o ex-secretário de Ciência e Tecnologia acelerar uma obra que o próprio secretário que vai utilizar o prédio diz que não tem urgência, mas o secretário, agora deputado Paulo Câmara, deu uma declaração dizendo que era uma taxa de aceleração, por isso que eram R\$ 11 milhões a mais – também uma dispensa de licitação –, agora, de R\$ 11 milhões você para R\$ 150 milhões, aproximadamente, de uma vez só, com um uma alegação que não tem respaldo.

Temos de tem que ter o mínimo de bom senso para dizer que só tem uma empresa no Brasil que serve para construir presídio. E as outras? Nenhum presídio funciona no Brasil? Será que toda essa lentidão, essa letargia, essa morosidade, nem sei como podemos falar do governo, Repito: na época em que era secretário, Nelson Pelegrino deu declarações de que o objetivo dele, na gestão, ainda no primeiro mandato de Jaques Wagner, em 2007, quando ele assumiu, era construir os presídios, e não construiu. Agora, no último ano de mandato, vai fazer? No mínimo, cheira mal. Será que toda hora vamos ter de recorrer ao Ministério Público? Porque o Tribunal de Contas do Estado, sabemos que passa a mão, vê, mas não pune, não recomenda, não faz nada, e as coisas estão se avolumando.

Chegamos ao disparate de, sobre o próprio balanço do primeiro quadrimestre do ano passado, ter havido uma discussão entre dois conselheiros do Tribunal de Contas no plenário, porque o relator das contas do primeiro quadrimestre do governo disse que era normal ter lá na contabilidade R\$ 7 bilhões inexistentes. “Normal”. E o outro conselheiro: “Mas normal, se na realidade há um déficit de R\$ 2 bilhões, e se diz ter um saldo em caixa de R\$ 7 bilhões, uma diferença de “apenas” R\$ 9 bilhões numa contabilidade fajuta, apresentada pelo governo, culpando o Fiplan. Um bate-boca entre dois conselheiros. Mas a maioria, o que é que fez? “O governo vai regularizar, não se preocupem, não, vai regularizar”.

Está gravado, tenho o áudio e o vídeo, na primeira apresentação, do primeiro quadrimestre, quando o secretário Petitinga aqui veio, questionado por nós, ele confessou – e não poderia ser diferente – que a contabilidade que ele apresentava, na audiência pública, era totalmente inconsistente, não tinha a menor credibilidade.

Cheguei a propor, inclusive, que ele voltasse depois do nosso recesso, já que

nós íamos entrar em recesso, com as contas, pelo menos a contabilidade real, ou próxima do real, não quiseram. O pior de tudo, ele dizendo que estava irregular, e o Sr. Governador do Estado manda publicar no *Diário Oficial*, a aprovação das contas irregulares, não só como levantado por nós, mas também, e não poderia ser diferente, repito, como confessado pelo secretário da Fazenda, Petitinga. Quando veio o secretário Manoel Vitório, mais uma vez apresentou, já no segundo quadrimestre do ano passado, contas totalmente inconsistentes. Questionados por nós, falou, e não poderia ser diferente, da mesma forma que Pititinga falou: “Estão irregulares, vamos regularizá-las.”

Os técnicos do Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável por auditar, fiscalizar, acompanhar, observar as falhas, durante o decorrer de um ano, são os encarregados pela análise final das contas. Eles começaram a ser treinados pela Secretaria da Fazenda do Estado no dia 10 de outubro, ou seja, 10 meses sem que sequer o Tribunal de Contas do Estado pudesse auditar as contas do governo.

Chega, agora, uma contabilidade totalmente equivocada, desequilibrada. Com certeza absoluta, o “Tribunal Carinhoso com o Estado”, o TCE, vai aprová-la novamente, sem restrição. Vai esquecer, mais uma vez, que pode usar recurso vinculado, pode usar recurso de convênio, pode usar recurso da saúde, da educação para tapar o altíssimo custeio, porque o governador, infelizmente, poderia ter aproveitado a oportunidade agora, que vários secretários são candidatos a deputado, para diminuir o número de secretarias e voltar a um número razoável, como antes.

Eram vinte secretarias quando ele assumiu, mas ele leiloou onze com aqueles que aderiram, deputado Sandro Régis e deputado Luciano, ao seu governo como se fosse balcão de negócios. Isso ele fez no início da sua administração. E seu grande secretário Carlos Martins, arrasou a contabilidade e não mostrou o que deveria ter mostrado ao governador, .agora o rombo está às claras.

Tivemos pela primeira vez na história da Bahia empresas prestadoras de serviço, construtoras, colocando em todos os jornais matérias pagas dizendo que há mais de um ano não recebem dinheiro do Governo.

O Ministério Público entrando com ação, bloqueando recursos da Secretaria da Saúde, porque deve mais de R\$ 220 milhões aos fornecedores de medicamentos para os hospitais e quem paga o pato é a população. Qual a solução ?

O governador agora deveria dizer: “errei leiloando, não vou mais leiloar cargos”. Mas o erro do passado ele repete agora no presente e publicamente, dizendo o PR vai ter isso, não sei quem vai ter isso... . Isso é mexer com a inteligência de nós todos. Não se pode..., já falei uma vez e volto a dizer que a maneira de se prestigiar aqueles que aderem ao Governo... Aderir ao governo é normal, todo Governo que ganha passa por isso. Os que estavam num Partido vão para o Partido do Governo para ter as benesses do Governo. Normal, já faz parte da cultura aqui do nosso Estado e infelizmente do Brasil.

Mas, enquanto essa cultura estiver valendo, o que deveria um bom gestor fazer? O que ACM Neto está fazendo. Permite e sem que tenha sido solicitado, que todos os vereadores tenham direito à emenda de um milhão de reais, todos

independente de Partido; que todos os vereadores indiquem duas ruas para serem asfaltadas em qualquer bairro da cidade; que eles indiquem pessoas para ocupar cargos já existentes na administração, não criando cargos. Mas apresentando o currículo. . Essa é a maneira. E qual é a maneira para se prestigiar um deputado da Base? Levando obras para que aqueles que fazem parte da Base do Governo cheguem em seus municípios em época de eleição e digam: eu trouxe esses ,esses e esses benefícios, mas não. Eu desafio um número razoável, um décimo daqueles que aderiram, a virem aqui na tribuna dizer as obras que foram levadas para seus municípios.

Temos deputados aqui que sumiram do Plenário, mas é lógico, deputados da Base do Governo. E por que não vêm mais? Vocês vejam que até numa verificação de quórum é um sacrifício para manter 21. É a insatisfação da Base desse Governo. É essa Base que não consegue levar uma obra sequer, não consegue honrar um compromisso sequer, meu caro presidente Marcelo Nilo, que o governador assumiu em campanha. Os próprios deputados acreditando nas promessas do governo assumiram compromissos não só com os prefeitos, mas com os vereadores e acima de tudo com a população. E não veem nenhum compromisso cumprido.

Será que esses deputados vão ficar satisfeitos agora em ver o Governo na saída, como diz o outro, não constrói presídio nenhum. Faz uma dispensa de licitação de 151 milhões. Será que dr. Wellington, do Ministério Público vai também?... Aí eu tenho que me basear na ministra Eliana Calmon, que conhece os bastidores muito mais que nós, os bastidores jurídicos do nosso País e sobretudo do nosso Estado.

Na última entrevista da ministra Eliana Calmon ela disse: “ Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado foram cooptados pelo Executivo do Estado da Bahia.” Palavras da ex-ministra corregedora do Conselho Nacional de Justiça. Olhe a gravidade de uma pessoa corregedora do Conselho Nacional de Justiça! Eu tenho certeza de que, quando ela se referiu ao Tribunal de Justiça, se referiu ao passado. Recente ou não, não quero entrar no mérito, mas com relação ao atual presidente do TJ sem dúvida ela não se referiu a ele, que já está tomando as medidas necessárias que a população espera. São as de moralização. Eu já tomei conhecimento de uma reunião que está acontecendo no gabinete da Presidência do Tribunal. Trata-se da apresentação duma empresa de gestão que possa dar os caminhos para a moralização daquela Corte.

É isso que faz um bom gestor. É isso que o governador deveria estar fazendo aqui, é isso que Neto fez lá e está dando resultado. Quem não está satisfeito com o resultado de menos de 1 ano da gestão dele? Terminou 2013 eliminando 167 inadimplências que havia e impossibilitavam que a Prefeitura de Salvador assinasse qualquer tipo de financiamento, qualquer tipo de contrato com qualquer órgão porque era inadimplente. Em menos de 1 ano ele eliminou tudo isso. Fechou 2013 e depois de pegar um rombo não ficou pensando no passado. Montou uma equipe, contratou uma empresa na área de gestão e fez o que ela aconselhou: colocou uma administração forte e competente.

O resultado está aí. Terminou o ano com R\$ 400 milhões. Fez uma bela

parceria com o governo. E aí se tem de parabenizar os dois, o governador Jaques Wagner e o prefeito ACM Neto, independentemente de posições político-partidárias. Eles estão tendo um entendimento, e é o povo soteropolitano que ganha. É um exemplo para a Bahia e o Brasil. É isso que se deve fazer. Só lamento que, nesta convivência em que a população desta capital está ganhando, S.Ex^a não tenha se espelhado na gestão de Neto enxugando a administração. Para que leiloar cargos, para que permitir que se faça um presídio sem dispensa de licitação? R\$ 151 milhões!

Quero ver, deputada Maria Luiza, quando V.Ex^a chegar à sua cidade, onde tem um carinho, um amor... Nós todos temos de apresentar obras. Inclusive eu, que tenho o prazer da convivência com a senhora há vários mandatos juntos, se chegar ao seu município e não puder apresentar nenhuma obra...

O governo fez dispensa de licitação. Por que não dá autonomia ao Poder Legislativo, através da aprovação das emendas impositivas, para dividir responsabilidades fazendo com que cada parlamentar desta Casa tenha a autoridade e a competência para saber muito bem o que vai colocar numa emenda impositiva? Porque, no momento em que um deputado nela não colocar algo que venha a atender os interesses da população que ele representa, será questionado e cobrado.

Meu caro delegado Damasceno, que tem uma votação espetacular na nossa capital, o que pode apresentar para a Polícia Civil? Nada. Para a Polícia Militar? Nada. O que V.Ex^a poderá apresentar a milhares e milhares de pessoas que acreditaram no seu passado, no seu presente? Que culpa tem o senhor de o governo não ajudar? Mas vão cobrá-lo porque está fazendo parte da base. Só que não tem nada a apresentar.

Quando chegar um PM, vai perguntar pela URV. E que culpa V.Ex^a tem? Nenhuma. Quem assumiu esse compromisso foi o governador, deputado Paulo Câmara. Ele é que assumiu. Nós éramos do mesmo partido à época, estávamos na Oposição. E o governador Wagner pegou o contracheque de Prisco, hoje vereador de Salvador, dizendo que era o menor salário praticado no Brasil, que iria resolver isso e pagaria a URV.

Já temos jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desde setembro. Não paga porque não quer. Está empurrando com a barriga.

Sabe o que ele vai fazer, deputado Sandro? Vai deixar para Paulo Souto pagar, porque ele fará acordo na saída.

Bem, agora, em início de último deste governo, não deveria ser permitida a dispensa de licitação. Isso me envergonha sinceramente. Para quem está tirando os recursos do Orçamento – que está para ser analisado por nós a partir de amanhã –, tira recursos da Segurança Pública, tira recursos da Educação, tira recursos da Saúde, tira recursos, até, da Secretaria do Turismo em ano da Copa do Mundo!

Deputado Reinaldo, quando V.Ex^a chegar à sua terra, vai justificar o quê? Que obra o governador mandou para V.Ex^a mostrar à sua querida cidade? Nenhuma! Diga-me uma obra, deputado Reinaldo, que o governador mandou para o seu querido município! Nenhuma!

O Sr. Luciano Simões: O presídio está no alicerce.

O Sr. GABAN:- O presídio demorou, enrolou.

Coitado, V.Ex^a, deputado Zé Raimundo, foi lá ao município, prometeu, confiou que, em seu primeiro mandato, seria construído o presídio de Vitória da Conquista. Agora, ele faz uma dispensa de licitação com uma empresa ao dizer que é a única do Brasil, essa de Porto Alegre, capaz de fazer tal obra!

Eta empresa retada! Não tem OAS! Não tem Odebrecht! Não tem Camargo Corrêa! Não tem nenhuma empresa com competência no Brasil! Só há uma empresa com competência para realizar tal obra! Nem mesmo um das empresas no Brasil, que construíram os inúmeros presídios espalhados por nosso País, é capaz de fazer tal obra! Só tem competência a empresa de Porto Alegre.

Para ganhar com dispensa de licitação, não vão fazer concorrência, porque, no Brasil, segundo o PT, os secretários dizem nada. Notadamente, o secretário, infelizmente, meu amigo Nestor Duarte, foi contaminado. As pessoas deste governo, infelizmente, o contaminaram! Nunca imaginei um amigo meu, Nestor Duarte, fazer o que o PT vem fazendo: dispensa de licitação em último ano eleitoral!

E só nos cabe, na Oposição, mais uma ação no Ministério Público para tentar conter esta ganância em dispensa de licitação por não cumprir os trâmites legais previstos em nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará, por todo tempo, o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, estamos a assistir a mais uma aberração deste governo que, desde o final do ano passado, abdicou de governar e só pensa em fazer política e em caixa de campanha. Outra explicação não pode ter uma dispensa de licitação para a construção de obra civil no valor de R\$ 150 milhões para construir presídio!

Há pouco, falava sobre isso com um jornalista. E, em uma brincadeira, o jornalista disse: “Será que é para abrigar os companheiros do mensalão?”

Não há justificativa plausível para tal. Isso atenta contra o nosso Ministério Público. Aliás, isso é uma coisa que o Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado da Bahia precisam se pronunciar.

A pré-candidata ao Senado pelo Estado da Bahia e ex-ministra e corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, afirmou, em entrevista a um

conhecido *site* de nosso estado, que o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público estavam cooptados pelo governo. E quando a pessoa faz uma afirmação grave dessa e não há a mínima resposta, começamos a acreditar que as coisas têm razão. Porque se o Ministério Público não tomar uma providência com relação a essa publicação do final de semana de 150 milhões de reais de dispensa de licitação para a construção de presídios, porque é uma obra civil em que há milhares de construtoras no nosso País, milhares de construtoras no nosso Estado que estão capacitadas a construir um presídio, porque não há nada de mais nesse tipo de construção.

Portanto, vamos cumprir com a nossa obrigação, meu caro deputado Gaban, representar novamente ao Ministério Público e esperar o pronunciamento desse órgão ou vai ficar para a Bahia inteira que tem razão a ministra Eliana Calmon quando diz que o Ministério Público está cooptado pelo Poder Executivo. São informações gravíssimas e ninguém toca no assunto. A ministra diz que a mulher do governador é funcionária fantasma e que determinado funcionário do Tribunal de Justiça foi perseguido porque denunciou esse ato de improbidade.

As instituições foram colocadas sob suspeição por uma pré-candidata a senadora do nosso Estado. E aí devo dizer que não fala mais a corregedora nacional de Justiça, não fala mais uma ministra do Superior Tribunal de Justiça, fala uma pré-candidata, e se não há o contraditório é porque é verdade.

Se o governador não se pronuncia, o Poder Executivo não se pronuncia, governador que sob o aspecto de obras, ao longo do seu mandato inteiro, cumpre um mandato invisível e tem o orgulho de estufar o peito para dizer que o patrimônio e o legado que deixa para as futuras gerações é um patrimônio imaterial, é uma coisa muito grave.

A ex-ministra fez uma acusação de que os Poderes estão subservientes ao Poder Executivo, numa atitude nunca vista antes. Aliás, é o que já se falava sempre aqui: que o Poder Judiciário tinha secretário de Estado como tem o secretário Manoel Vitório, que é uma relação de conflito de interesses, uma relação que deveria ser harmônica, correta, de independência dos Poderes, e agora quem diz é a pré-candidata a senadora da chapa do PSB, que vem com o discurso de mudar a política. E, olhem, se não forem contraditados os termos, as pessoas estão cada vez mais bem informadas, é incrível.

Ontem, eu estava no distrito de Pau a Pique, que fica a 120 quilômetros da sede de Casa Nova, e jovens, antenados com a internet, me perguntavam sobre esse tipo de coisa, se a candidata se coloca como uma anticandidata, meu caro deputado Luciano Simões, e começa a botar o dedo na ferida contra esse tipo de relação política e deixa de ser relação política para ser uma relação promíscua, porque interfere no relacionamento dos Poderes, em que o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado estão submissos ao Executivo, é uma coisa que o nosso Estado precisa pensar, os baianos precisam refletir. O Tribunal de Contas do Estado, nós já sabíamos, pelos posicionamentos que têm aqui.

Recordo-me que no início deste mandato o deputado Paulo Rangel fez um

discurso desta tribuna, apresentou uma proposta de emenda constitucional e depois foi convencido a retirar. Em dado momento, achei um absurdo. Mas é preciso se voltar a ter essa discussão no âmbito desta Casa, que aqui extingue o Tribunal de Contas dos Municípios, fazendo como acontece em 80% dos municípios em que há apenas um Tribunal, porque não pode haver dois tipos de critério para a aplicação da mesma Lei de Responsabilidade Fiscal. Um critério de interpretação utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que é absolutamente, no dizer das palavras do deputado Gaban, carinhoso com o Executivo, e o critério legal, o critério de uma interpretação jurídica correta do Tribunal de Contas dos Municípios, que tem levado mais de 50% dos prefeitos do nosso Estado a terem as suas contas rejeitadas.

Então, acho que nunca é tarde para se retomar no âmbito deste Poder - que tem a competência para fazê-la - esta discussão acerca da conveniência de se ter dois Tribunais de Contas, porque não é justo que os primos pobres, que são os gestores municipais, os prefeitos, estejam sempre sendo alcançados por uma interpretação dura da lei, enquanto o primo rico, que é o governador, tenha a mão do TCE passada na cabeça nas mesmas situações. Com as implicações que a LRF traz hoje, uns têm as contas aprovadas. E outros, rejeitadas. Assim, estes são incluídos na Lei da Ficha Limpa tendo a inelegibilidade decretada. Às vezes, multas milionárias são impostas. Enfim, são situações que precisam ser vistas aqui no nosso Estado.

Portanto, foram acusações gravíssimas feitas pela pré-candidata a senadora Eliana Calmon a instituições. E não se estabeleceu o contraditório quando ela afirmou, em alto e bom som, que o Judiciário, o Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público estavam cooptados pelo Poder Executivo. Mas, quando a mulher do governador era funcionária fantasma do Tribunal de Justiça, nenhuma palavra para dizer que a candidata faltou com a verdade.

Então, ultrapassados mais de 15 dias da entrevista, temos de crer que ela está falando a verdade. E vamos começar a observar, porque o que vimos nesse final de semana é de uma ousadia que só quem pensa que manda nas instituições tem a coragem de praticar. E inclusive tem a coragem, para realizar uma obra civil de construção de presídio num total de mais de R\$ 150 milhões, de fazê-lo sob a modalidade de dispensa de licitação. É uma coisa que não tem explicação. Se não houver um pronunciamento imediato e forte do Ministério Público a requerer junto ao Poder Judiciário - que também, se tiver independência... - a imediata suspensão dum edital de licitação desse tipo...

Estamos todos os dias - todos os dias! - aqui a assistir aos prefeitos receberem notificação dos promotores em cada uma das comarcas da Bahia prometendo processá-los se tomarem determinados tipos de atitude, seja com licitação, seja com pessoal, seja com contratação temporária, seja com o que for. Enquanto isso, infelizmente, em nível do Estado há uma leniência na aplicação da lei e na exigência dos princípios da moralidade.

Vamos cumprir com a nossa obrigação mais uma vez. Denunciamos quando se estava utilizando recursos de obras do Estado, de convênios ou empréstimos para pagamento de custeio. Só que até agora nem uma única providência foi tomada, a não

ser aquela ação do Ministério Público para obrigar a passar a parcela da Saúde. E a ação criminal por improbidade? Se há uma transgressão e uma ação civil, tem de haver a correspondência, ou seja, a ação no âmbito penal. E nenhuma ação nesse sentido foi movida pelo MP. Mas agora é demais! Se o Executivo faz e não há uma única resposta, ele faz mais ainda. E faz com a ousadia da impunidade.

Portanto, vamos cumprir a nossa obrigação de representar mais uma vez, esperando um pronunciamento do órgão *parquet*. Vamos ver como se pronuncia o nosso Ministério Público contra essa imoralidade, essa falta de vergonha dessa dispensa de licitação de 150 milhões para a construção e conclusão de presídios.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o nobre Líder do governo, ou o Líder do Bloco PDT/PC do B, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, eu farei por 5 minutos e a deputada Luiza Maia falará pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães por cinco minutos.

O Sr. KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, quero também saudar os servidores que estão aqui há muito tempo nessa luta triste e sofrida. Já passamos da metade do mês de janeiro e não conseguimos ainda votar o orçamento, bem como outros projetos importantes para a sociedade. E eu gostaria muito que nós pudéssemos, nesta semana, encontrar o caminho do diálogo e da sensibilidade para levar os interesses maiores adiante.

Subo a esta tribuna também para agradecer e saudar a visita do governador Wagner ao Oeste da Bahia. Ele esteve na cidade de Ibotirama onde inaugurou o laboratório central, um laboratório de primeiríssima qualidade, com equipamentos ultramodernos, que vai atender mais de nove municípios da microrregião da Bacia do Velho Chico. Inaugurou o sistema de comunicação integrada da Polícia Militar e entregou várias máquinas e equipamentos para os municípios, para os prefeitos como forma de melhorar as condições das estradas vicinais e também para se prepararem para o período da seca, que é um fator climático normal, mas precisamos estar preparados para o enfrentamento.

O governador dá um grande passo e, mais uma vez, demonstra o seu compromisso com o Oeste da Bahia, demonstra responsabilidade e, acima de tudo, o carinho para aquela região. Até hoje, eu que fui vereadora por dois mandatos, agora estou nesta Casa, nunca vimos a presença constante de um governador na região Oeste como estamos tendo agora com Wagner. Não apenas na presença, mas nas ações. Se mais coisas não acontecem na cidade de Barreiras atualmente, eu digo com muita segurança, é muito pela falta de parceria e pela incompreensão e pela incapacidade da gestão municipal que hoje não consegue levar os projetos adiante que foram deixados pela ex-prefeita Jasmari.

Neste breve tempo, quero também ressaltar que Correntina, um dos grandes

destinos turísticos do Oeste da Bahia, por suas sete ilhas, sendo a maravilha que é, sofre com a truculência e arrogância. O prefeito Ezequiel ganhou na Justiça, e, no apagar das luzes de um processo judicial em que era considerado ficha suja, perdeu. O prefeito Laertão governou durante um ano, mas, faltando um dia para iniciar o recesso forense, o prefeito conseguiu, de uma forma que não vou questionar, porque ainda está em litígio, com certeza está esperando acabar o recesso para tomarem as medidas, mas o prefeito Ezequiel assumiu o mandato, da forma mais equivocada. Passei aqui um ano, desde que o prefeito de Barreiras assumiu, criticando o nepotismo, criticando a política equivocada, e o prefeito Ezequiel assume colocando a família inteira para governar o município. É por isso que as pessoas desacreditam nos políticos. É por causa da arrogância, da truculência e do medo que Correntina hoje vive. Hoje pela manhã foi preciso o juiz expedir uma ordem para impedir a demolição de prédios de áreas particulares que o prefeito queria tomar á força, desapropriar, ele já tinha mandado derrubar. E hoje, a prefeitura está sendo obrigada pela Justiça a reerguer os muros derrubados nas construções feitas pelos cidadãos que lá têm legalmente suas posses e estão enfrentando a sanha de um prefeito que não respeita sua população, o mandato que tem e nem a responsabilidade de tê-lo.

Não poderia deixar de registrar aqui o nosso repúdio e dizer que, com certeza, o prefeito passou muito tempo fora da política, na condição de ficha suja, e esqueceu que a Justiça continua, que a lei existe e o povo está atento para cada movimento, e se fará cada vez mais forte e vigilante para as ações dele, que está sentado temporariamente na cadeira, que, com certeza, voltará para as mãos do prefeito eleito, Laerte Caires.

Porque o atual prefeito da Cidade de Correntina não se encontra na condição daquilo que a sociedade exige: políticos com ficha limpa, o que ele não é, sem processos, políticos que tenham as contas aprovadas.

Portanto, vamos continuar vigilantes, atentos, e, com certeza, seremos sempre porta-vozes do governo aqui.

Quero, por fim...

Eu ouvi o discurso do deputado Gaban, do Líder da Oposição, em relação ao presídio, e reforço a atitude correta do governador, porque nós, barreirenses, há muito clamamos sobre a necessidade de um presídio, e queremos que a construção seja rápida e imediata para solucionar um déficit muito grande com a população da Região Oeste da Bahia, tão distante e que precisa cada vez mais de ações efetivas para o seu desenvolvimento.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, senhores nas Galerias, hoje esse projeto tem que sair, com fé em Deus. Estamos do lado de vocês para ver se será aprovado. (Palmas) O voto aberto também

– já viraram até a minha faixa –, porque estamos na campanha para ver se conseguimos sua aprovação.

Mas, Sr. Presidente, quero reforçar as palavras iniciais da deputada Kelly quando falou de acharmos um meio de fazer com que os projetos de deputados sejam votados nesta Casa.

E, aí, Líder Zé Neto, queria pedir sua colaboração. Fiz uma jura de que cada vez que subisse a esta tribuna lembraria isso à Presidência da Casa, aos Líderes, porque acho que é muito desprestígio para os deputados. Nós não podemos ficar aqui só aprovando projetos oriundos do Executivo. Nada contra os projetos importantes que veem, até, porque o Poder Legislativo não faz projetos que ordenem despesas, o que já é um problema sério na vida do Poder Legislativo neste Brasil. Precisamos fazer a reforma urgente para que também corrijamos essas distorções que existem.

Queria ver se conseguimos, Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, antes de encerrar... Pedimos que se diminuísse o recesso, mas não precisava ser tanto. Não termos recesso também é um pouco demais. A Organização Mundial da Saúde diz que todo mundo precisa de um período de descanso. E os deputados também precisam.

Queria, Sr. Presidente – o deputado Adolfo Menezes não está aqui –, discorrer um pouco sobre a questão que o deputado falou aqui: que a imagem que se constrói do nosso País no exterior é negativa. Acho que isso é um propósito, uma decisão política tomada pela Oposição, que faz coro à grande mídia monopolizada, privada, para diminuir o nosso País. Ninguém tem dúvida de que as dificuldades que este Brasil enfrenta são grandes e são muitas, mas não reconhecer as mudanças, a transformação que o País tem sofrido nesses 10 anos é ser um pouco injusto.

Mas eu quero voltar ao debate colocado pelo deputado Adolfo Menezes sobre a questão da exploração sexual, da erotização, da desvalorização da figura feminina, da figura das mulheres em novelas, em programas de humor, em piadas, em BBBs da vida. Este último é uma outra esculhambação e não há outro nome.

Eu acho que a presidenta Dilma... Quero registrar aqui porque está presente o deputado federal Valmir Assunção. Faço este apelo a ele também, pois está aqui no cafezinho. A presidenta Dilma e o ministro das Comunicações precisam tomar uma providência!

Não é possível continuar assim. A gente não tem condições de formar as nossas crianças e os nossos jovens em um debate de: rebaixar as mulheres, desmoralizar a mulher, incentivar ou estimular tanta coisa ruim na relação da civilidade.

A Globo não faz só pornografia mas, também, a pornochanchada em seus programas e em suas novelas. Quanto a esse que se iniciou agora, eu devo estar, depois de amanhã inclusive, através de um artigo, expressando a minha opinião sobre o que é o programa BBB. Realmente, nós chegamos ao cúmulo da desmoralização e da destruição dos valores da civilidade, porque não é possível uma coisa desta.

E com esse objetivo, eu apresentei um projeto de lei – não me lembro, agora, o número de tal projeto – proibindo a veiculação e publicação de qualquer outro meio de divulgação, no Estado da Bahia, de peças ou mensagens publicitárias com imagens

pornográficas, eróticas, sexuais, principalmente como atrativo e principalmente relacionada ao corpo das mulheres.

(O Sr. Alan Sanches manifesta-se fora do microfone.)

A Sr^a MARIA LUIZA:- Não adianta fazer isso não, deputado Alan, porque a cosia é séria. E as mulheres, que se prezam e compreendem que nós temos dignidade, não podem aceitar a campanha que a Globo faz, principalmente a Globo, pois há outros canais de televisão relacionados à desmoralização ou ao desgaste da figura feminina.

Há de se ter alguém que reaja. Nós precisamos reagir. Eu acho que as deputadas precisam fazer isso. Nós somos apenas 10 deputadas. Mas nós aprovamos a Lei Antibaixaria, porque a sociedade entendeu e as deputadas entenderam, também, que não dava para deixarmos aquele crescimento da baixaria contra a mulher da forma como estava sendo feita aqui na Bahia. E nós vimos que tem resultado!

Então, está na hora, também, de a gente entender o que é este projeto. Eu vou voltar a falar sobre isso. Peço o apoio desta Casa não só das deputadas como também dos deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para encerrar, deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Estou concluindo, presidente.

(...) porque acho, realmente, que nós chegamos ao extremo do limite.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero, aqui, fazer um repúdio ao discurso da nobre deputada Luiza Maia, porque eu não entendo este ataque à Rede Globo. Não vi nada de mais em relação à questão das mulheres. Entendo seu papel. Entendo o seu posicionamento. A deputada vem defendendo aqui muito bem a sua classe: as nossas queridas mulheres. Mas este ataque à Rede Globo é descabido. Não estou entendendo onde ela viu tanta agressão da Rede Globo às mulheres.

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a não prestou atenção ao meu discurso.

O Sr. Sandro Régis:- Eu prestei atenção ao seu discurso. Fiquei atento até para não ser injusto com as minhas palavras, Sr. Presidente. Não entendi como não compreendi a agressão da nobre deputada, pois ela muito bem representa Camaçari e muito bem representa as mulheres da Bahia. Repito, não consegui compreender por que tanta raiva.

Então, quero, aqui, usar a minha questão de ordem, nobre presidente, para dizer do nosso repúdio. Faço isso com todo respeito à deputada Luiza Maia, porque respeito o seu trabalho como parlamentar. Ela exerce a sua função com muita dignidade.

Mas, também, não vou aceitar esta agressão à Rede Globo que traz, também, para os brasileiros e para o País, diversas informações importantes. A Rede Globo é o principal veículo de comunicação do País, pois esta é uma instituição séria que tanto

ajuda o PT, por sinal. Repito, esta instituição ajuda o PT! O grande cabo eleitoral do PT é a Rede Globo!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Sandro Régis, conclua a sua questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- Então, mais uma vez, acho que a nobre deputada, no afã de querer aparecer na imprensa, no afã de expor os seus pensamentos, faz uma agressão desnecessária a uma importante empresa que tem muitos serviços prestados para os brasileiros, para os baianos e para todos aqueles que vivem em nosso País.

Então, quero aqui registrar em meu nome o repúdio ao discurso da nobre deputada por entender que a Rede Globo não merece esse tipo de agressão tamanha que a nobre deputada Luiza Maia acabou de proferir no Plenário desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A Sr^a Luiza Maia:- Também quero uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem da deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Pois é, quero dizer ao deputado Sandro Régis que tudo o que ele falou em relação à Globo eu concordo. Agora, V.Ex^a precisa ser parceiro das mulheres, porque não está certo o que a Globo tem feito através do BBB, através das novelas, através de outros programas, tipo a Globeleza...

O Sr. Sandro Régis:- (Inaudível)

A Sr^a Luiza Maia:- Não, não senhor, presta serviço e preseta um desserviço. A Rede Globo, hoje, em relação à imagem da mulher, à figura da mulher está prestando um desserviço ao Brasil, e as mulheres precisam ter coragem para dizer isso.

Eu não preciso da Globo, não tenho nada contra a Globo, acho que a Globo ganha muito dinheiro, agora não dá para a Globo encher o cofre de dinheiro e desmoralizar, destruir a relação da sociedade civilizada, como é com a história do BBB e outras questões relacionadas às mulheres.

Eu vi o que a Globo fez com as mulheres negras, botando mulher para dançar pelada, a Globeleza, precisa isso? E precisa ser pelada, ela não pode dançar de roupa? E pegar as negras para fazer aquilo ali? Ah, me deixe, Sandro Régis.

Eu acho que nós precisamos é ter coragem de fazer o enfrentamento, porque como é um meio de comunicação poderoso, muito poderoso, mas acho que está errado, não tem nada disso não.

O Sr. Sandro Régis:- (Inaudível.)

A Sr^a Luiza Maia:- Não tem nada disso não, eu duvido que a sua esposa concorde com os absurdos. Nos programas de humor, nas piadas, nas novelas, nos BBBs da vida, nas Globeleza, em tudo, é só para desmoralizar a imagem da mulher. Nós não somos objeto de cama e mesa, nós não somos mercadoria, nós não somos coisa como querem tratar a gente, e eu acho que as mulheres precisam reagir. Inclusive, esse projeto que eu estou apresentando aqui vem um pouco no sentido da continuidade da baixaria, que é a mesma coisa, porque não está certo, não pode.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Está braba?

A Sr^a Luiza Maia:- Eu não estou brava não, estou defendendo os direitos das mulheres. Nós somos 52% da população e nós não podemos ficar assistindo, de braços cruzados, o que um meio de comunicação ou a grande mídia, hoje, tem feito com a figura feminina. Nós temos que reagir, nós somos seres humanos, nós temos dignidade.

E as crianças e os adolescentes que estão sendo formados tendo uma visão dessa em relação à figura da mulher vão parar onde? Nós vamos parar onde?

Está errado, Sandro Régis. Eu acho que você tem que reconhecer todo o valor do meio de comunicação Globo, mas tem que entender, também, que na questão relacionada à figura feminina ela tem que refletir e precisa saber que não é justo o que ela está fazendo conosco.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu não vou ficar aqui dando questão de ordem a todo momento. Eu peço a compreensão dos parlamentares. Eu vou conceder a questão de ordem ao deputado Luciano Simões, se o governo quiser mais uma e aí eu não dou mais a ninguém.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, realmente as questões de ordem que foram aqui formuladas pelo deputado Sandro Régis e pela deputada Luiza Maia não têm nenhum sentido. Poderiam, os dois deputados, usar a tribuna e colocar as suas posições. Senão eu iria colocar aqui diante do que o PT colocou esta semana, que é a favor do “rolezinho”, segundo o deputado Marcelino Galo.

A deputada aqui se coloca contra a Rede Globo, ninguém entende, isso não é questão de ordem. Façam suas posições da tribuna da Casa e não em questão de ordem, porque isso aí é obstrução aos trabalhos da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a. Deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, falará pelo tempo do PMDB o nobre deputado Luciano Simões, Líder do partido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi); - Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é de doer ver as posições antagônicas colocadas pelo Partido dos Trabalhadores, deputada Maria Luiza, nesta Casa. Acompanhamos pelos jornais e *blogs* a posição do PT favorável ao “rolezinho”, segundo o deputado Marcelino Galo. Todos os comentaristas políticos do Brasil entendem que o “rolezinho” é um protesto contra o governo do PT. Agora, o PT vem a todo tempo se colocar de forma dúbia no palanque e também no Plenário desta Casa.

Há pouco a deputada Luiza Maia se colocou aqui contrária à *Rede Globo* e à *Globeleza*. Logo após, já desmistifica, diz que não colocou daquela forma, mas de outra forma. É um partido que precisa esclarecer as posições. E é um partido,

deputado Elmar, que defende o mensalão. Diz que o mensalão foi uma luta política, deputado Carlos Ubaldino. Luta política não, luta pela corrupção.

Ontem, a *Rede Globo*, na *Globonews*, publica o saldo do ex-diretor do Banco do Brasil que está foragido, que protegeu o PT, o Sr. Pizzolato. Um saldo que nem o ganhador da Mega Sena pensaria em ter, deputado Vando. E aí vêm os deputados do PT dizer que o crime é político. Crime político em que o irmão do ex-deputado federal José Genoíno foi preso com o dinheiro dentro da cueca. Isso é crime político?

O Partido dos Trabalhadores perde e muito no País, e na Bahia, principalmente. O governador Jaques Wagner teve 63%, nas últimas eleições, e hoje é o penúltimo governador na classificação dos institutos de pesquisa. Justamente contra essas contradições e essa mentira, deputado Zé Raimundo, que o governo do PT apregoa para V.Ex^a, que é um homem de bem. V.Ex^a foi um grande prefeito em Vitória da Conquista e passou pela vergonha de ver o governador anunciar o aeroporto de Conquista e o presídio há cerca de 7 anos. E Conquista, hoje, vive o mesmo clima do Maranhão, onde graças a Deus a Defensoria Pública se manifestou com competência junto ao Ministério Público, aos juízes criminais das varas de Vitória da Conquista. E agora será corrigido esse absurdo que ocorre no Maranhão e na Bahia. É um governo contraditório, que não tem uma mensagem coerente com a população brasileira e deixa essa situação de dúvida quanto às colocações que faz.

Concluo, deputado Paulo Azi, observando a incoerência total do governo do PT, que não esclarece à população o que realmente pensa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC-PV-PR-PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Falará o deputado Zé Raimundo por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, senhores que nos ouvem e veem pela *TV Assembleia*, imprensa, colaboradores da Mesa Diretora. Quero deixar nos anais desta Casa o raciocínio de que a Oposição sistematicamente, a partir de um fato que ocorre, de um noticiário da imprensa, de uma ação do governo, monta um discurso, monta um raciocínio, monta uma lógica, e procura, na verdade, criar uma nuvem de fumaça sobre a realidade.

É claro que o papel da Oposição é criticar o governo, fazer o seu debate, colocar as suas ideias. Mas, sistematicamente, os nobres colegas deputados da Oposição vêm a esta tribuna, na verdade, com todo o respeito, sofismar, ou seja, é aquele raciocínio que aparentemente tem um dado da realidade, mas vai derivando, derivando, derivando e mostra outra coisa completamente diferente. Vejam o caso da dispensa de licitações na construção de presídios na Bahia.

Estamos vendo no Brasil inteiro que o sistema penitenciário é falido. Infelizmente, os nossos governos, o governo federal, os governos do presidente Lula

e da presidente Dilma, apesar dos esforços, apesar da destinação de milhões de reais em convênio com os Estados, até agora não conseguiram superar o caos que o Lula herdou do seu antecessor com um sistema completamente desorganizado, com inchaço dos presídios, 500 mil apenados neste País, sem a mínima condição dentro legalidade com relação ao respeito à condição humana. E nós fomos favoráveis que aqueles que cometeram desvios, que cometeram crimes, porque ser criminoso, pela legislação brasileira, não é ser marginal. Criminoso é todo aquele que transgredir o Código Penal e marginal é aquele que não se inscreve na cultura, é aquele que faz a opção, até mesmo sem ser criminoso, de se colocar à margem da sociedade. Mas o criminoso é aquele que comete um crime previsto em lei. Qualquer cidadão de bem, a qualquer momento, está sujeito a uma pena e, portanto, ser privado da liberdade que é a pena mais grave no sentido de que perde o convívio social e vai ser enclausurado no sistema penitenciário.

Ora, esse sistema está falido. Infelizmente, não conseguimos avançar. E, na Bahia, não é diferente. O governador Jaques Wagner herdou também dos governos passados uma situação que não era absolutamente um paraíso, pelo contrário, o esforço do governo Wagner tem sido permanente, mas ele não conseguiu resolver o problema.

Em Vitória da Conquista, ainda na primeira gestão do nobre deputado Guilherme Menezes, começamos lá um trabalho. E já na minha gestão, doamos um terreno, construímos alternativas, foi licitado um presídio em Vitória da Conquista, mas, infelizmente, passaram-se os anos, mil problemas legais e o presídio, infelizmente, não foi construído. Hoje, vemos lá que o juiz das execuções penais, praticamente, proibiu a colocação de pessoas presas para averiguação no sistema penitenciário. E mesmo aqueles já julgados e que estão lá em condições que ferem a legislação das Execuções Penais, está se saber o que fazer. É Salvador, é o Estado do Maranhão, é o Brasil inteiro.

E quando o governador, utilizando-se de um dispositivo legal, apressa a construção de presídios... Nesse final de semana, aqui em Salvador, o juiz das Execuções Penais, proibiu, inclusive, o envio de presos para as delegacias, porque por lei, muita gente não sabe, são dois sistemas. O sistema penal é só para aqueles transitado em julgado, que tiveram as suas sentenças transitadas em julgo, pelo juiz, e aquelas prisões provisórias, que são as prisões nas delegacias. São duas coisas diferentes. Às vezes a imprensa não esclarece, o discurso da Oposição cria essa cortina de fumaça e não entendemos como funciona o sistema prisional brasileiro.

Então, na verdade, o que o governador está fazendo é apressando, e a nobre deputada Maria del Carmen vai trazer aqui elementos técnicos. E vejam que temos um problema também com aqueles cidadãos ainda jovens, com menos de 18 anos, que têm um sistema específico no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é outro problema seríssimo na Bahia. Estamos construindo em Vitória da Conquista um complexo para ressocialização para pena de até 3 anos. Então, efetivamente, é um caos que perdura neste País, e o governo do meu partido, de Lula, de Dilma, apesar de esforços gigantescos, não conseguiu resolver. Isso tem que ser transformado numa

questão séria para resolvermos. Pagou, pagou, é a pena, é a pena. Agora, não queremos que um cidadão que foi apenado por lei seja tratado como um animal. Se for o caso, então, decretemos logo a pena de morte. Toda sociedade se defende do jeito que ela quer.

Quem diz que o cidadão tem que ir para a prisão nessa situação ou naquela é a lei. Uma vez dito isso, que se cumpra a lei. O que se quer hoje, minimamente, é construir uma infraestrutura prisional que garanta ao cidadão que está na sociedade que aquele quando sair do sistema prisional pelo menos não se torne e não continue sendo criminoso. Pagou sua pena, ressocialize. Essa é a lei brasileira, a Constituição, são os códigos jurídicos, os códigos penais que estão em vigor neste País.

Portanto, o que o governador está fazendo é apressando algumas medidas urgentes, urgentíssimas, para minorar isso. Porque lá, em Vitória da Conquista mesmo, não sabemos o que fazer. O presídio Nilton Gonçalves é para 134 prisioneiros e estamos com mais de 350, são 10, 12 pessoas numa cela. Toda hora a televisão mostra isso, independente de partido político. Nos governos do DEM também existe esse problema, nos governos do PMDB também, nos governos do PSDB também. Então, o problema não é desse governador ou daquela governadora, desse ou daquele estado, é o sistema prisional brasileiro que está falido, completamente falido.

São necessárias medidas como essa do governador que está destinando a construção de sete presídios, inclusive o de Vitória da Conquista, em caráter de urgência para minorar essa situação e proteger a sociedade. Porque um apenado, quando é tratado da forma como foi tratado no Maranhão, aquele que entrou revoltado sofre uma verdadeira metamorfose. Se ele entra um criminoso, sai de lá um monstro, como tem saído em muitas situações.

Então, Sr. Presidente, na verdade, essa que é a questão, esse que é o discurso que, ao meu ver, a Oposição tem seu legítimo direito de contestar, mas com argumentos. Não com raciocínios sofisticados, sofismando, ou seja, um palavreado para dizer que a coisa é uma quando a coisa é outra. E foi exatamente esse discurso que levou a política ao descrédito lá na antiga Grécia. Quando a política era discutida de forma transparente, as pessoas acreditavam no discurso da política. Mas quando começou a ser exercitada só com o palavreado, só com o discurso, só com a retórica, o povo começou a desconfiar da democracia. Inclusive, o povo se revolta contra a democracia, porque às vezes o discurso da democracia não diz o que é a realidade. E, muitas vezes, quando o discurso democrático se torna frágil, abre-se a porta para o fascismo, para o nazismo, como ocorreu na Europa, como ocorreu nos países da América Latina, em muitos momentos.

Os governos democráticos estão dialogando, estão discutindo, procurando resolver os problemas. Aí começam a aparecer os aventureiros, os oportunistas com o discurso fácil e levam o povo, muitas vezes, a se encantar por aquele canto de sereia e quando chega lá adiante, ao invés de um mar tranquilo, encontramos ondas altas que levam à catacumba. Por isso mesmo esse Parlamento tem a obrigação de apressar a aprovação do PL Anticalote que está aí. O povo está querendo votar e estamos aqui

discutindo bobagem, coisas genéricas e abstratas.

Para concluir, Sr. Presidente, acredito que ainda nesta tarde, início de noite, haveremos de apressar um acordo para votar o orçamento e que aceleremos essas votações para que possamos contribuir com os nossos mandatos, com a democracia e com o conhecimento da realidade e a busca de soluções efetivas.

Por isso, para concluir realmente, o governador Jaques Wagner está fazendo legitimamente a dispensa de licitação para apressar a solução dos presídios na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a, deputado Zé Raimundo. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, falará a deputada Maria del Carmen por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Por 12 minutos, concedo a palavra a nobre deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA del CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, imprensa, meus amigos do Sindicato dos Vigilantes, do Sindicato da Limpeza que estão aqui, mais uma vez conosco nas Galerias desta Casa, acompanhando e aguardando ansiosamente que os Srs. Deputados aprovem o projeto Anticalote, que vai trazer benefícios efetivos para essas categorias. Esta Casa tem dito, os deputados de Oposição, fazendo justiça aos deputados de governo, estaremos todos juntos no objetivo de aprovação desse projeto que interessa aos trabalhadores, que vai melhorar as condições dos trabalhadores. Espero que nesta tarde/noite possamos aprovar esse projeto.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, que bom que o deputado Gaban está aqui na Casa, para falar sobre um debate que aconteceu, não diria um debate, porque não foi um debate, porque agora o deputado Zé Raimundo traz aqui e se justifica e analisa a situação da dispensa de licitação para a construção dos presídios. Isso foi tema de debate ardoroso, caloroso dos deputados de Oposição.

Vou dizer aos Srs. Deputados que essa dispensa de licitação não é uma dispensa de licitação comum, como normalmente se tem feito aí de diversos serviços, inclusive em outras esferas de poder tem sido realizada, mas sim uma dispensa de licitação por conta de uma particularidade desses projetos que estão contratados, Sr. Presidente.

Estava na Caixa Econômica, na consultoria da presidência da Caixa, quando esse debate sobre os novos presídios que já estavam alguns deles construídos na Bahia, na realidade já existem 50 presídios construídos no Brasil inteiro por esse sistema. É um sistema diferenciado de construção, um sistema que de fato faz com que essas novas vagas que estão sendo construídas possam dar o resultado e com a agilidade que é necessária, que é o Siscopen, Sistema Construtivo Penitenciários, de uma empresa e por isso ela tem patente inclusive registrada sobre esse sistema. O

deputado Gaban falou aqui se outra empresa brasileira não teria esse sistema, o sistema é da empresa. O concreto, deputado Gaban, V.Ex^a é da área técnica e conhece bem isso, utilizado nesse sistema, é um concreto de 80 MPA, enquanto o concreto normal é da ordem de 20 MPA. É um concreto que não tem ferragem na sua estrutura, ele tem uma resina que faz com que ele possa ter esse nível de resistência.

O governo de Alagoas, deputado Gaban, fez uma experiência com metralhadora, escopeta e até granada para ver como é que funcionava, se atingia efetivamente a estrutura das celas. Mas não aconteceu nenhuma alteração no concreto.

Esse concreto, deputado Gaban, tem a patente da Empresa Verde, situada no Rio Grande do Sul. Por ser um sistema de monoblocos - já vêm prontos e são montados com rapidez -, agiliza para um presídio de 400, 500 vagas ficar pronto. Leva no máximo 8 meses, considerando a terraplanagem, enquanto um presídio normal leva 2 anos de construção.

Quando comparamos o preço unitário por vaga para um presídio de construção normal, é mais caro do que o do presídio construído nesse sistema, que reduz em 40% o consumo de energia e em 30% o de água. O concreto não é poroso.

Apesar de saber que é ruim visitar presídios, convido V.Ex^a, pois acho interessante do ponto de vista técnico conhecer um novo sistema. Também fiquei assustada na primeira vez em que fui lá. Mas fiz questão de ver e visitar a fábrica no Rio Grande do Sul para verificar qual é o sistema que estão utilizando. É diferenciado, veio de fora do Brasil e sobre ele surgiram diversas pesquisas.

Por exemplo, reduz em 7º C o calor dentro da cela. Nesse sistema a cela não precisa ser pintada porque é aparente com essa especificidade. Portanto, é difícil, é impossível que ele seja destruído, como acontece em outros presídios convencionais nos quais acontecem as fugas. É muito difícil acontecer fuga num presídio com esse sistema, a não ser que haja conivência dos agentes penitenciários que ali estão. E todo o seu modo de abertura e fechamento de portas é feito por cima do sistema. O agente penitenciário não tem contato diretamente com os presos.

O Sr. Deputado Delegado Deraldo Damasceno:- V.Ex^a me concede o aparte?

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Darei o aparte.

Portanto, é um sistema muito especial. Significa a possibilidade de o governo estadual construir mais 6.702 novas vagas em 8 meses. Seria impossível, no sistema convencional, fazer nesse prazo reduzido, considerando ainda que é contrato de empreitada global. Não há alteração de preço, não pode haver serviços adicionais nem reajustamento. No final, quando se faz a comparação, o custo da obra é muito mais reduzido do que o normal. Com isso, o Estado dobrará a capacidade das vagas nas penitenciárias nos diversos locais em que há essa interiorização de presídios, o que é muito positivo do ponto de vista da aproximação do preso com as suas famílias no seu local de origem.

Então esse é um sistema extremamente interessante e importante que está sendo construído. Creio que assim faremos uma mudança na forma dos presídios. Ele também reduz o custo de manutenção e também reduzirá o da operação deles.

Darei primeiramente o aparte ao deputado Carlos Gaban, que pediu inicialmente. Depois passarei a V.Ex^a, deputado Delegado Deraldo Damasceno.

O Sr. Gaban:- Minha prezada deputada Maria del Carmen, já o fiz em outra oportunidade, mas repetirei: V.Ex^a é uma das deputadas com quem gosto de debater. A pior coisa que tem é fazer um monólogo. Mas com a senhora, quando provocada, raramente temos o monólogo, pois procura informação. Acho importantíssimo prestar esclarecimentos.

V.Ex^a mostra que tem uma tecnologia específica nessa construção. Confesso-lhe, minha cara deputada Maria del Carmen, que em nenhuma hipótese sou contra alguma coisa que possa vir a baratear o custo, ter um custo de manutenção menor, como V.Ex^a está explicando, mas quando se faz – V.Ex^a sabe melhor do que ninguém isso – um edital de licitação, colocam-se os pré-requisitos. Nesses pré-requisitos, essa empresa, pelo que V.Ex^a está falando, e eu acredito, talvez fosse uma concorrente única. Sou contra o processo de dispensa de licitação num volume desses, que assusta. Então, repetindo, não sou contra os presídios. São extremamente necessários.

A população carcerária que hoje está em delegacias tem provocado fugas todo o tempo. Não podemos permitir. Só complementando, não sou contra os presídios. Acho que isso aí é o interessante nesta Casa. Faço o meu aparte assustado com a dispensa de licitação nesse volume. E V.Ex^a vem dando a justificativa técnica que levou a isso. Tenho o maior respeito e admiração pelo secretário, é meu amigo pessoal. Da outra vez em que o Estado estava perdendo contrato, ele ligou para mim várias vezes. Convidou-me para ir lá. Fui lá, ele se sentou, explicou. Eu matei o assunto na época.

Da mesma forma, digo a V.Ex^a que se o secretário tivesse feito um processo licitatório, ele teve tempo para isso, botando todas as especificações... Tenho até um exemplo: o secretário Maurício fez uma compra de meio bilhão de reais em equipamentos. Ele fez no edital uma série de limitações. Mas é o que ele precisava. E é a minha área, eu sou engenheiro. A empresa que ganhou foi a que eu imaginava que fosse ganhar. E ela ganhou. Veja se eu fui à imprensa denunciar? Não. Porque eu sabia que, no edital, levaria que apenas uma empresa pudesse cobrir aquelas exigências técnicas. Mas veja que ele as precisava e eram pertinentes. Se o secretário Nestor tivesse feito isso, não teríamos nem debatido o assunto.

Os esclarecimentos de V.Ex^a, mais uma vez, são pertinentes. Acho que é importante termos o contraponto na Casa. E V.Ex^a, mais uma vez, o faz com muito brilhantismo.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Muito obrigada, deputado Gaban. Incorporo a observação de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Com um aparte o deputado Delegado Deraldo Damasceno.

O Sr. Delegado Deraldo Damasceno:- Deputada Maria del Carmen, eu estava escutando atentamente a transmissão da tecnologia em que isso é praticado na construção do presídio, como V.Ex^a estava explicando. V.Ex^a demonstra que é uma engenheira das boas, conhece mesmo do riscado. Mas é bom lembrar a todos os presentes e à sociedade que essas obras que o governo está fazendo são

importantíssimas. E que, hoje, é tão importante se construir um presídio quanto uma escola.

A violência que assola o País se configura de tal maneira que precisamos construir mais e mais presídios, urgentemente. E até com dispensa de licitação, se for necessário, porque isso passa pela reforma da segurança pública. Não haverá nenhuma reforma da segurança pública se não houver construção de presídios. Não temos como prender, não temos onde colocar as pessoas que têm de ser retiradas de circulação por estarem invadindo a nossa cidade.

Parabéns, governo! Que se construam mais presídios e mais escolas.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Muito obrigada, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Com um aparte o deputado Sidelvan Nóbrega, com a tolerância do nosso presidente. Muito rapidamente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputada, queria apenas parabenizar V.Ex^a e o governo do Estado. Eu já tinha ciência dessa informação, havíamos conversado com o nobre colega Nestor Duarte e ele havia nos passado. Parabenizo o Estado por essa rapidez. É uma desburocratização para que possamos avançar e construir.

Quero também deixar para reflexão não apenas, deputado Delegado Deraldo Damasceno, a construção de novos presídios, mas precisamos tirar os presidiários que já cumpriram pena e que, hoje, estão superlotando os presídios do nosso País.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

Creio que trouxemos as explicações que seriam necessárias e importantes. Creio que o ex-deputado e secretário Nestor Duarte tomou a decisão correta. O processo foi analisado pela Procuradoria Geral do Estado. Não houve o processo de licitação porque seria dirigido e seria pior ainda, porque estaríamos dirigindo o edital. Num processo como esse, se ele só tem uma única empresa que tenha um processo construtivo... Se eu conduzo o edital para essa condição, eu estaria dirigindo, fazendo uma licitação dirigida. Portanto, seria pior do que fazer e assumir a dispensa de licitação, já que o método construtivo é o único dessa empresa.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V.Ex^a. Espero que, hoje, possamos aprovar o projeto de lei Anticalote. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, falará pela metade do tempo o deputado Leur Lomanto Junior e na outra metade o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de até 5,5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, senhoras e senhores Parlamentares, aproveito esta oportunidade para cobrar. Cobrar, por parte do governador Jaques Wagner, uma ação mais eficaz e uma interlocução melhor junto ao

governo federal, para atender as demandas do município de Lajedinho. Todos acompanharam o sofrimento da população de Lajedinho, onde várias pessoas terminaram morrendo devido a grande enchente que ocorreu.

A população, senhoras e senhores Parlamentares, continua sofrendo; o município de Lajedinho continua sofrendo. As notícias que nos chegam é que muito pouco ou quase nada de recursos chegaram para atender as demandas do povo de Lajedinho. É daí que vem o meu apelo ao governador Jaques Wagner para que cobre, já que o Estado passa por graves problemas financeiros, do governo federal. É impressionante a falta de uma resposta rápida, por parte do governo federal e do governo do Estado, ao sofrimento da população de Lajedinho, diferentemente, por exemplo, do estado do Espírito Santo, deputado Sidelvan Nóbrega.

Todos acompanharam também a grande tragédia que tomou conta do estado do Espírito Santo, com enchentes em várias cidades, mas, diferentemente da Bahia, os recursos chegaram com uma rapidez tremenda. E olha que o estado é comandado pelo PSB do governador Casagrande. Aqui, na Bahia, o governador é do PT, mesmo partido da presidente da República, e o povo de Lajedinho continua sofrendo, deputado Carlos Geilson. E as notícias que nos chegam são as de muito pouco ou quase nada de recursos do governo federal chegaram para atender às graves e às grandes demandas tão necessárias para a população do município de Lajedinho.

É nesse intuito que venho a esta tribuna, ou seja, cobrar do governador Jaques Wagner, amigo da presidente Dilma Rousseff, maior agilidade, pois as pessoas estão passando necessidades. O município está passando necessidades. Sentimos uma certa omissão por parte do governo da Bahia em defender os interesses de nosso Estado e dar uma maior agilidade na transferência dos recursos necessários à reconstrução de parte dos serviços públicos do município de Lajedinho.

Mudando de assunto pelo pouco tempo que me resta, quero fazer um registro da situação da violência no município de Encruzilhada. Estive nesse município durante o final de semana. E percebi que, lá, não é diferente das demais cidades do interior de nosso Estado. Não há estrutura na delegacia. O delegado vai uma vez por semana.

E há o mais grave! Chamo a atenção dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares! Deputado Gaban, assaltaram o Fórum do município de Encruzilhada e levaram mais de 100 quilos de maconha apreendidos e armazenados no Fórum da mesma cidade. Repito: assaltaram o Fórum do município!

Vocês sabem onde fica o Fórum? Qual é a localização do Fórum? Ao lado da delegacia! Ora, vejam o completo abandono, deputada Kelly Magalhães! Isso não é uma particularidade do município de Encruzilhada. Se percorrermos e visitarmos as cidades do interior do nosso Estado, observaremos os mesmos problemas que Encruzilhada enfrenta.

Esta é a realidade do nosso Estado. Este, sem sombra de dúvida, é o maior problema enfrentado no Estado da Bahia hoje. A bandidagem perdeu o respeito pela polícia e, a cada dia, a cada hora, a cada momento que passa, a violência cresce no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra, pelos cinco minutos e meio restantes, ao nobre deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente e deputado Paulo Azi, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvintes das galerias, imprensa presente nesta tarde de segunda-feira, venho à tribuna desta Casa para relatar alguns assuntos de interesse da população da Bahia, em especial, do Sul da Bahia, deputado Carlos Geilson.

Volto à tribuna desta Casa, Sr. Presidente, para reiterar, mais uma vez, a cobrança da população de Itabuna e do Sul da Bahia, deputada Ângela Sousa, com relação à situação da segurança. Há uns 15 dias, ocupei esta tribuna e relatei um episódio que aconteceu no bairro Monte Cristo, em Itabuna, onde está instalada a Base Comunitária de Segurança Pública inaugurada pelo governo do Estado da Bahia.

Itabuna é uma cidade que cresce, deputada Kelly Magalhães, de forma desordenada, por conta do movimento intenso para o Sul e o Extremo Sul da Bahia através da BR-101. Itabuna cresce assustadoramente, deputado Elmar Nascimento. Existe insegurança no dia a dia dos cidadãos, da sociedade civil organizada é de insegurança. A cada dia a imprensa relata o alto índice de violência ocorrida no município e na região.

Venho à tribuna desta Casa cobrar ao Sr. Secretário da Segurança que instale na Cidade de Itabuna uma segunda base comunitária da polícia. É preciso que tenha, realmente, uma maior flexibilidade com relação àquela região, que está esquecida por parte do governo.

Existem muitas promessas feitas pelo governo, ordens de serviço anunciadas para obras estruturantes, mas também obras paralisadas, a exemplo da barragem do Rio Colônia, deputado Marcelino, V.Ex^a que conhece a Região Sul e é votado ali, no Sul. A paralisação dessa obra de fundamental importância para o sistema de abastecimento de água não só de Itabuna, mas de toda a região, assusta à população, porque o município deixa de atrair indústrias para gerar emprego, renda e desenvolvimento para uma região que sempre viveu da monocultura do cacau.

Daí, deputado Gaban, a nossa preocupação, a preocupação do povo sul-baiano em relação às promessas do governo do Estado. Sabemos que são obras importantes, como o aeroporto de Ilhéus. Inclusive, quero, agora, na tribuna desta Casa, relatar, deputada Ângela, uma coisa importante: o governo do Estado decretou como sendo de utilidade pública a área onde será construído o aeroporto internacional que vai atender o Extremo-Sul e o Sul da Bahia.

Esperamos que saia do papel. Que não seja só um anúncio, propaganda em ano eleitoral. A região não acredita mais nessas promessas, uma coisa que deixa triste todos que ali vivem. A imprensa do Sul da Bahia, que é ativa e tem independência, coloca de forma muito clara o sentimento natural da região.

Como deputado estadual, tenho cobrado dia a dia nesta Casa, e encaminhado

ao governo do Estado, aos Srs. Secretários de Estado, pedidos para serem tomadas as providências necessárias para que a Região Sul receba obras estruturantes por parte do governo do Estado, mesmo todos nós sabendo que essas obras que estão prometidas para a região são do governo federal, do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a exemplo da duplicação da estrada Ilhéus/Itabuna, que é um sonho da região.

O Centro de Convenções da Cidade de Itabuna, que foi iniciado no governo de Paulo Souto, está paralisado, e é uma obra com recursos do governo do Estado. O processo se encontra, hoje, no Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em grau de auditoria.

Itabuna precisa retomar seu crescimento econômico. É uma cidade que tem, hoje, qualidade na prestação de serviços, na saúde, no comércio, na indústria, e é preciso que o governo volte sua atenção para aquela região.

Precisamos falar um pouco, também, do processo educacional da região, Sr. Presidente. Itabuna, o Sul da Bahia estará recebendo uma universidade federal, deputado Carlos Ubaldino. O governo precisa voltar sua atenção de forma clara e concreta para aquela região.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar falando aqui em nome do povo do Sul da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a, deputado Augusto Castro. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a a interrupção da sessão pelo período mínimo de 30 minutos para ver se há ou não a possibilidade de um acordo nesta Casa. Fica-se falando, falando, mas não se chega a alguma conclusão. Precisamos definir se há ou não a possibilidade de acordo.

É nesse sentido, meu caro presidente, que solicito a interrupção da sessão pelo tempo de 30 minutos, para que tenhamos a oportunidade de sentar e tomar uma decisão final sobre se há a possibilidade de acordo ou não, para cada um nortear seus caminhos, seus posicionamentos nesta tarde, que pode virar noite, madrugada ou seja o que for.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Consulto o nobre Líder do governo.

O Sr. Zé Neto:- Vinte minutos. Se for necessário, vamos para mais 10 minutos...

Sessão suspensa

(A sessão continua suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Por acordo de Lideranças, a sessão será suspensa por mais 10 minutos.

(Continua suspensa a sessão.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a suspender a sessão por mais 30 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Vamos fazer o seguinte: aguardaremos a decisão da Bancada, em 10 minutos teremos essa decisão. Se não tivermos, retornaremos à sessão. Se precisar, teremos mais 10 minutos de suspensão.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar): Vinte minutos, se for necessário. Se trazer a resposta antes...

O Sr. Zé Neto:- Coloque 30 minutos, porque já suspendemos por 30, 10, 40, agora mais 10. Ficar obstruindo o tempo todo não vai resolver. Dez minutos.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Suspendo a sessão por 10 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Gostaria de solicitar uma contagem do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Zé Neto.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

(Pausa.)

V.Ex^a quer quórum para a continuidade da sessão, marcando os 15 minutos? É isso?

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a determinasse a abertura do tempo regimental de 15 minutos para que os parlamentares possam adentrar ao plenário e marcar suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Paulo Azi.

Srs. Deputados, que estão no cafezinho ou em outros recintos, há um pedido de quórum de continuidade da presente sessão ordinária.

Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos regimentais.

(Pausa.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de trazer para esta Casa informações mais detalhadas acerca da medida do governador Jaques Wagner para a construção de 11 unidades prisionais na Bahia.

Na verdade, ao contrário da Oposição, o governador Jaques Wagner, ao assumir o governo da Bahia, encontrou uma defasagem de cerca de 3.222 vagas prisionais que, agora, estão sendo criadas. Na verdade, existe uma população prisional na Bahia de 12.300 pessoas apenadas. Quando o governador assumiu o seu cargo, havia, apenas, 6.700 vagas nas prisões do Estado da Bahia. Havia, portanto, um déficit enorme de, praticamente, quase 4 mil vagas que o sistema prisional baiano necessitava e não havia nenhum horizonte para resolver esta questão.

Por isso, eis esta decisão do governador para construir cerca de 11 unidades prisionais no Estado da Bahia. Esta é uma medida mais do que acertada. Esta é uma medida mais do que fundamental para corrigirmos essas distorções históricas herdadas pelo governador. Com ela teremos, portanto, aproximadamente 4 mil novas vagas para que possamos sanar essa lacuna irreparável.

Por isso, a dispensa de licitação no valor de 150 milhões de reais para a construção dessas unidades prisionais em toda a Bahia. Inclusive, Sr. Presidente, em Vitória da Conquista, onde a situação é preocupante. O juiz de Execução Penal já decretou praticamente a diminuição da superlotação. Mais de 100 presos serão removidos do Presídio Nilton Gonçalves.

Assim, sobre o discurso do nobre deputado Luciano Simões em sua retórica, ele que é um grande comunicador e faz do nada um grande fato, tenho plena convicção de que na verdade essa dispensa de licitação é fundamental para que tenhamos a melhoria das condições das prisões neste Estado.

Quero dizer também que desde 2007 foram criadas pelo governador Jaques Wagner mais de 3 mil vagas em Salvador, Feira de Santana, Eunápolis e Itabuna. Houve ainda a construção de mais 5 minipresídios. Então S.Ex^a vem atentamente procurando solucionar e atenuar esse problema, que é grave no Brasil inteiro. A situação não é diferente nos governos do PMDB, do PSDB ou do DEM. Em muitos casos ela é até muito pior do que aqui na Bahia.

Por essa razão, não cabe esse denunciismo da Oposição dizendo que o governador está lançando mão de um expediente para privilegiar esse ou aquele segmento empresarial. Na realidade, trata-se da contratação de um projeto específico de construção de forma rápida e segura desses presídios melhorando o combate à criminalidade como um todo, porque sabemos que aquele cidadão apenado, quando sai da prisão sem oportunidade de recuperação, piora.

Eram essas as minhas considerações.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, na sessão passada fiz-lhe um questionamento em relação à votação do Orçamento Impositivo. V.Ex^a deixou claro que irá colocar em votação esta semana. O que queria saber é se já marcou a data.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, no início desta sessão falei

que vou colocar nesta terça-feira. Se houver quórum de 38 Srs. Deputados, coloco amanhã.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Obrigado.

(Continuação da verificação do quórum.)

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, estou curioso. Eu queria saber quem o Líder do governo designou para acabar com a imagem do Legislativo com essa mudança no Regimento. Quem será o corajoso relator que vai enfrentar a sanha dos seus adversários em todos os municípios, dizendo: “Esse cara aí, esse deputado, acabou com o direito da Oposição poder manifestar-se no Poder Legislativo”. V.Ex^a já imaginou isso, deputado Adolfo?

Eu duvido, deputado Mário Negromonte, que V.Ex^a, que tem um futuro brilhante, que está fazendo um trabalho bonito com relação aos cartórios, tenha a coragem de ser o relator. Eu quero ver quem é o corajoso. Estou curioso.

Deputado Alan Sanches, V.Ex^a vai ter a coragem, se o Líder do governo designar, de acabar com a imagem do Legislativo, de tirar o direito da Oposição de se manifestar, de ser o relator desse projeto, dessa excrescência?

(O deputado Zé Raimundo se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Raimundo, eu quero ver V.Ex^a... V.Ex^a vai ser o relator? Ótimo! Eu quero ver. Eu duvido que V.Ex^a aceite ser o relator. Está feito o desafio, deputado Zé Raimundo. Vou colocar *outdoors* em Conquista toda: “Esse é o democrata que quer acabar com o direito da Oposição de se manifestar. Nem na época da ditadura militar tiveram coragem. E Zé Raimundo, como membro do PT, teve a coragem de acabar com a democracia no Legislativo. Tem que impor, passar o rodão”.

Então, quero antecipar, Sr. Presidente: cobre do Líder do governo quem vai ter a gratíssima incumbência de perder sua eleição para ser o relator.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, marque sua presença, por favor.

O Sr. Gaban:- Marcarei, sim, Sr. Presidente. Vou ajudar o governo, porque ele não tem gente. Vou tentar ajudá-lo, porque a Bancada está tão insatisfeita que está todo mundo indo embora. Eu quero ver 32 votarem essa excrescência. E o meu desafio, viu Adolfinho, é ver quem vai ter a coragem de ser o relator para fazer o que nem a ditadura militar fez, que é tentar tirar o direito da Oposição.

Vamos fazer uma vaquinha entre nós, vamos pagar os *outdoors* e colocar em todos os municípios em que esse deputado for votado, mobilizar a juventude, mobilizar os segmentos organizados, ir à imprensa para denunciar esse deputado que for o relator.

Acho que deveria ser o Líder do governo, pois a iniciativa foi dele. Ouviu, deputado Zé Raimundo, a minha sugestão? Não quero o mal para V.Ex^a. Como é iniciativa do Líder do governo, nada mais justo que ele, que é o autor da proposta, seja o relator. Ele vai querer botar alguém...

Deputado Delegado Damasceno, V.Ex^a aceita ser o relator dessa excrescência aí? Duvido!

Deputada Kelly, V.Ex^a, que tem um passado histórico de luta, aceitaria ser a relatora desse projeto? Um dia, V.Ex^a, chegando a Barreiras, dirá: “Ora, eu acabei com a democracia na Assembleia. Tem que passar o trator em cima. Agora me dê o voto, porque eu fiz isso aí contra os meus colegas. Sou contra a democracia.” Imaginou, deputada Kelly? Está feito o desafio.

Agora, deputado Mário Negromonte Júnior, acho que V.Ex^a deveria solicitar ao Líder do governo, que foi o autor da proposição, que ele seja o relator. Nada mais do que justo. Não é, deputado Reinaldo Braga? Quero ver V.Ex^a, com tantos mandatos, já imaginou ser designado pelo Líder do governo para dizer que não pode ter democracia, tem que passar o trator em cima. Sujar a carreira que V.Ex^a tem depois de tantos mandatos.

V.Ex^{as} têm que se reunir e pressionar o Líder do governo para ele ser o relator. Olhe aí o ex-presidente da Comissão de Finanças, deputado Luiz Augusto. Deputado Luiz Augusto, parece que V.Ex^a vai ser designado para ser o relator que acaba com a democracia no Poder Legislativo. Ele está escutando e fingindo que não está ouvindo. Deputado Zé Neto, indique o deputado Luiz Augusto, é o único que não se manifestou ainda, para relatar o projeto que acaba com a democracia no Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Agora sugiro, diante da grande ideia que V.Ex^a teve, que seja o relator, não vá sacrificar nenhum membro de vossa bancada, deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, veja bem. Antes de entrar no projeto em relação à mudança do Regimento, mantenho ainda aquela sugestão de 10 deputados, independente de fazer ou não acordo. Para não mudarmos o Regimento, até no máximo 10 deputados e pedindo verificação de quorum, vamos supor, de 10 em 10 votações dos destaques. É uma proposta razoável.

Minha proposta, faço inclusive um apelo aos deputados de oposição e do governo, é de que cada deputado apresente 10 destaques, pedindo verificação de quorum de 10 em 10 destaques, independente do acordo. E o acordo ficaria para amanhã, se fecharem bem, se não votamos o Orçamento. Mas teremos mais 24 horas para tentar fechar o acordo.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, inclusive já usei a tribuna hoje e parabenizei V.Ex^a. Depois de 8 anos em que V.Ex^a esteve à frente do Legislativo – já tive a honra de ser presidente por dois anos, o que me gratificou muito, como também o deputado Reinaldo Braga - sinceramente, meu caro amigo, presidente Marcelo Nilo, não gostaria de ver, sob a gestão de V.Ex^a, a aprovação de mudança do Regimento Interno para tirar um direito alienável da oposição se manifestar.

V.Ex^a propôs, mas o Líder do governo não se manifestou até o momento sobre esse assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu garanto, já conversei com o Líder do governo.

O Sr. Gaban:- Se for uma decisão, podemos até discutir em nível de oposição.

Para preservar o Legislativo, não vejo nenhum problema, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, deputado Elmar, V.Ex^a que é o Líder, estou fazendo aqui um apelo. Vamos ganhar tempo para amanhã, em 24 horas tentarmos o acordo. Fecharíamos esse acordo, 10 por deputado e, no mais tardar, em 40 minutos votaremos.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a concorda, deputado Zé Neto? Se não tiver uma proposta, não dá para conversarmos nada na oposição.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o Líder do governo concorda?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto concorda?

O Sr. Carlos Geilson:- Agora, desde quando o deputado retire esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Retira, se concordar, retira. Eu arquivo.

A proposta que fiz, e que os deputados de oposição inicialmente concordaram, é que amanhã, na votação do Orçamento, no máximo, cada deputado fará 10 destaques.

O Sr. Zé Neto:- A votação será quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A votação será quarta-feira? Tudo bem. Então, teremos 48 horas para ver se chegamos num acordo. Votaremos 10 por destaques e, no máximo, de 10 em 10 votação de destaque pede-se verificação de quorum. No computador é rápido, em meia hora votamos todos os 170. Tem 17 deputados de oposição, no máximo teremos 170, se todos apresentarem. Eu acho que para preservar o bom entendimento, acho que é uma proposta válida, resolve sua vida. V.Ex^a tem razão porque é impossível votar 54 mil destaques. Dessa maneira, fazendo acordo aqui de público, está fechado.

Deputado Zé Neto, com a palavra V.Ex^a. Acho que resolve a vida política. E vamos apresentar o projeto de resolução. Deputado Zé Neto, com o tempo, não hoje, V.Ex^a apresenta o projeto de resolução e cada deputado no máximo 10 destaques, fica no Regimento. Só pede quórum de 10 em 10 destaques no máximo.

A proposta é a seguinte: cada deputado no máximo apresentará 10 destaques. A primeira verificação de quórum é obrigada; depois, no máximo, de 10 destaques, se pede verificação de quórum. Em 40 minutos nós votaremos ou 1 hora. Vota um em um, deputado, são 170 votações. Aí dá para votar, fechou o acordo.

Deputado Zé Neto, depois, V.Ex^a apresenta o projeto de resolução colocando isso no papel. Cada deputado só poderá apresentar no máximo 10 destaques. As votações serão individuais. O deputado Elmar disse que concorda, não foi, deputado?

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, se o Líder do governo concordar, eu quero só 10 minutos para reunir a minha Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, concorda? Só pode ser feito por acordo. O deputado Zé Neto está com muito boa vontade, temos que registrar isso também. V.Ex^a com certeza sempre tem boa vontade também. Deputado Elmar, vou encerrar esta sessão que já estava acabada, reabro a outra e suspendo por 10 minutos.

Declaro encerrada a presente sessão e lembrando aos Srs. Deputados que 1 minuto após o encerramento desta começaremos a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*